



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Feminização das migrações: mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal,
entre 2008 e 2019

Maria Maomé Jordão Gomes Cravid Smith

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Magdalena Anna Bialoborska Chambel, Investigadora Associada,
CEI-Iscte - Centro de Estudos Internacionais

Outubro – 2024

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Feminização das migrações: mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal,
entre 2008 e 2019

Maria Maomé Jordão Gomes Cravid Smith

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:

Doutora Magdalena Anna Bialoborska Chambel, Investigadora Associada,

CEI-Iscte - Centro de Estudos Internacionais

Dedicatória

À minha família, meus pilares de força e inspiração, eu dedico esta dissertação. Ela representa não apenas o meu esforço, mas também a nossa jornada partilhada. Este momento é uma conquista que não seria possível sem vosso apoio.

Amor e gratidão

Agradecimentos

À Doutora Magdalena Bialoborska Chambel, que aceitou orientar a minha dissertação final e a quem agradeço toda a disponibilidade, compreensão e atenção que me dedicou.

À Professora Ileser Cristo da Silva por ter revisto uma das versões desta tese.

À minha amiga Otília Daio por ter auxiliado na seleção das pessoas a entrevistar, e às entrevistadas que partilharam as suas histórias.

À minha família que sempre acreditou em mim e no meu potencial, em especial, à minha mãe, às minhas irmãs, ao meu irmão, ao meu filho Bernardo Smith Lima, à minha filha Diana Smith de Lima e ao meu Marido Euclides Smith de Lima que sempre me motivaram e estiveram presentes quando mais precisei de apoio.

Ao meu tio Alberto Nazaré que me incentivou de uma forma muito especial.

E a todas as mulheres do mundo e em particular às mulheres de São Tomé e Príncipe que me inspiram.

Resumo

Esta tese explora o fenómeno da feminização de migrações. O estudo centra-se nas mulheres de São Tomé e Príncipe que imigraram para Portugal entre 2008 e 2019, trazendo à luz as mudanças deste fluxo migratório em comparação com períodos anteriores. Combinando abordagens quantitativas e qualitativas, esta investigação traça um perfil detalhado das imigrantes, revela as motivações destas mulheres, os desafios enfrentados na sua integração e o seu impacto tanto nas suas comunidades de origem como na sociedade de acolhimento. Ao sublinhar a importância de uma perspetiva de género, o estudo não só contribui para o campo académico, como também oferece conhecimentos valiosos para decisores políticos e profissionais ligados à migração e à igualdade de género. O impacto das conclusões promete redefinir a forma como compreendemos as dinâmicas migratórias contemporâneas e o papel crucial das mulheres nestes processos.

Palavras-chaves: feminização das migrações; migrações; género; percursos de vida; São Tomé e Príncipe.

Abstract

This thesis explores the phenomenon of the feminisation of migration. The study focuses on women from São Tomé and Príncipe who immigrated to Portugal between 2008 and 2019, shedding light on the changes in this migratory flow compared to previous periods. Combining quantitative and qualitative approaches, this research draws up a detailed profile of the immigrants, reveals the motivations of these women, the challenges faced in their integration and the impact on both their communities of origin and the host society. By emphasising the importance of a gender perspective, the study not only contributes to the academic field, but also offers valuable insights for policy-makers and professionals linked to migration and gender equality. The impact of the findings promises to redefine the way we understand contemporary migration dynamics and the crucial role of women in these processes.

Keywords: feminisation of migration; migration; gender; life paths; São Tomé and Príncipe.

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Glossário de siglas e acrónimos	ix
Capítulo I – Introdução.....	1
1.1 Apresentação do tema	1
1.2 Objetivos e questões de investigação	1
1.3 Estrutura do trabalho	4
Capítulo II - Revisão da literatura.....	5
2.1 Definições e teorias sobre migração	5
2.2 Migração na perspetiva de género	6
2.3 Feminização das migrações.....	9
2.4 Breve historial sobre a migração de São Tomé e Príncipe e sobre a mulher são-tomense.....	12
Capítulo III - Metodologia e estratégia de investigação.....	19
3.1 Desenho da pesquisa.....	19
3.2. Técnicas de análise de dados.....	20
Capítulo IV - Análise de dados.....	21
4.1 Análise quantitativa.....	21
4.2 Análise qualitativa	27
4.2.1 Caracterizações sociodemográficas das entrevistadas	27
4.2.2 Análise das entrevistas semiestruturadas	29
4.2.3 Observação direta.....	32
Capítulo V - Considerações finais	35
5.1 Síntese dos principais resultados.....	35
5.2 Sugestão para pesquisas futuras	38
6. Referências bibliográficas	41
Anexos.....	47

Anexo A: Guião das entrevistas	47
Anexo B: Registo das observações	49

Índice de quadros

Quadro 1- População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal: Total de residente com nacionalidade são-tomense.....	14
Quadro 2 – Nº de Imigrantes de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal, por sexo, entre 2008 e 2019	22

Índice de figuras

Figura 1 - Nº de imigrantes de São Tomé e Príncipe, por sexo, residentes em Portugal, entre 2000 e 2007	23
Figura 2- Percentagem de homens e mulheres de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal 2000-2007.....	23
Figura 3 - Nº de Imigrantes São-tomenses residentes em Portugal 2008-2019.....	24
Figura 4 - Nº de Imigrantes São-tomenses residentes em Portugal, por sexo, entre 2008 e 2019	25
Figura 5- Nº de Imigrantes são-tomenses residentes em Portugal, por sexo, entre 2000 e 2022	26

Glossário de siglas e acrónimos

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

IOF - Inquérito do Orçamento Familiar

MLSTP - Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OIM - Organização Internacional para as Migrações

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PEID - Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TAP – Transportes Aéreos Portugueses

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

VOA - Voz da América

Capítulo I – Introdução

1.1 Apresentação do tema

O papel das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos tem sido amplamente discutido na sociologia das migrações. Mulheres de diferentes partes do mundo, impulsionadas pelas assimetrias entre países e continentes, têm migrado em números cada vez maiores, desempenhando um papel crucial nos processos migratórios. Nos últimos anos, o processo de globalização da migração internacional tem sido objeto de um interesse crescente e tem despertado a atenção de pesquisadores, académicos e fazedores de políticas devido às transformações profundas que ocorrem nas dinâmicas globais de fluxo humano. Um dos aspetos mais notáveis dessas mudanças é a crescente presença e influência das mulheres nas comunidades de imigrantes no mundo. Este fenómeno, conhecido como “feminização das migrações”, representa uma tendência demográfica que merece uma análise aprofundada e contextualizada.

De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho [OIT] (OIT, 2008), 49,6% dos migrantes internacionais eram mulheres, o que corresponde a cerca de 94,5 milhões de pessoas (p.1). Segundo a Organização Internacional para as Migrações [OIM] (OIM, 2018), como citado em Botero et al. (2019), as mulheres migrantes representavam, no mundo, aproximadamente 124,8 milhões, o que prova que existe um crescente envolvimento das mulheres no processo migratório (p.58).

McAuliffe & Khadria, como citado em Jerónimo (2019), indicam que as migrações voluntárias das mulheres “para fins familiares (reagrupamento familiar, constituição de família ou acompanhamento de trabalhador migrante) constituem o canal de imigração mais importante, representando cerca de 40% dos novos imigrantes permanentes em 2017 (p. 38).”

Porém, existem várias definições do conceito de feminização.

Para Marinucci (2007), a feminização pode ser interpretada como aumento numérico das mulheres migrantes, como mudança dos critérios analíticos do fenómeno migratório mediante a inclusão do enfoque de género e/ou como transformação do perfil da mulher migrante. Menciona, também, a designação de “feminização quantitativa” com o objetivo de expressar o aumento numérico da participação feminina no universo dos migrantes internacionais (pp. 2-3).

A crescente migração independente de mulheres sugere uma mudança nos papéis tradicionais de género nas estratégias migratórias. A expressão “feminização das migrações” pode referir-se tanto ao aumento quantitativo da participação feminina quanto a mudanças nas motivações que conduzem à decisão de migrar por parte das mulheres. Não existe unanimidade quanto ao que se entende por feminização das migrações, sendo este um tema divergente que abrange tanto aspetos quantitativos quanto qualitativos.

1.2 Objetivos e questões de investigação

O presente estudo centra-se nas mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe que chegaram a Portugal entre 2008 e 2019, em comparação com os anos anteriores. Procura-se compreender a mudança de

atitude em relação à emigração feminina, que deixou de estar associada, como no passado, a um percurso e projeto familiar, em que o homem emigrava primeiro, sendo depois seguido pela mulher e pelos filhos através do reagrupamento familiar. Pretende-se entender as motivações de um número crescente de mulheres que migram por decisão própria e de forma autónoma, bem como discutir e compreender o conceito de feminização das migrações.

O recorte temporal de 2008 a 2019 está definido por fatores económicos e legislativos significativos. A crise financeira global de 2008, "o ano em que o sistema financeiro colapsou" Rodrigues (2023), e a entrada em vigor da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que vem facilitar a regularização e fixação de migrantes no país ao estabelecer o regime jurídico para a entrada e permanência de estrangeiros em Portugal, que marcam o início desse período. O ano de 2007 “qualifica-se como um ano de transição” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF], 2008, p.20). Precedida pela Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, que regula a livre circulação dos cidadãos da União Europeia, com impactos plenos em 2008. Este ano é descrito como o "ano zero" de uma nova fase nos ciclos migratórios para Portugal (SEF, 2008, p. 20).

O ano de 2019 foi definido como o marco temporal final deste estudo por ser o ano que antecede a declaração da pandemia de COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde [OMS] em 2020, uma crise global de saúde pública que provocou profundas alterações nas dinâmicas migratórias. A pandemia resultou no encerramento de fronteiras, na imposição de restrições de mobilidade e em perturbações significativas nas economias e nas sociedades a nível mundial.

No caso de São Tomé e Príncipe, um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID), com uma economia vulnerável e fortemente dependente de fatores externos, os efeitos da pandemia agravaram ainda mais a precariedade socioeconómica da população. A escassez de oportunidades e o aumento da pobreza intensificaram os desafios para a população local. Em contraste, as políticas adotadas em Portugal, especialmente no que respeita à regularização de migrantes e à proteção na área da saúde, tornaram o país um destino atrativo para os são-tomenses, contribuindo para a continuidade dos fluxos migratórios, mesmo em circunstâncias adversas. No entanto, este período não foi abordado em profundidade na presente pesquisa devido à falta de dados atualizados referentes ao impacto da pandemia nas dinâmicas migratórias, especificamente, no que toca a São Tomé e Príncipe.

O meu interesse pela compreensão das migrações decorre do facto de ter nascido e vivido em São Tomé e Príncipe, ser imigrante e filha de imigrantes, e ter sido Presidente da Associação Mén Non¹ – Associação das Mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal. Como presidente, tive o privilégio de observar as dinâmicas destas mulheres no âmbito do apoio à comunidade, nomeadamente no apoio jurídico. Pude conviver com elas e perceber a relevância social do empoderamento destas mulheres, oriundas de uma sociedade onde as mães, especialmente as solteiras que chefiavam agregados familiares, desempenham as funções de mãe e de pai, assumindo a responsabilidade pela sobrevivência da família

¹ Mén Non em crioulo forro significa “nossa mãe”.

e pela educação dos filhos. Muitas vezes sozinhas e à distância, essas mulheres enfrentam não só uma sobrecarga de tarefas, mas também uma sobrecarga emocional. Para fazer face às dificuldades, sobretudo de ordem económica, a que estão sujeitas, vêm na imigração a principal alternativa.

As mudanças no papel da mulher na sociedade, a luta pela emancipação, a inserção no mercado de trabalho e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional assumem papéis importantes na análise do género enquanto agente ativo migratório. Observa-se mudanças significativas nas dinâmicas tradicionais da imigração, em que os fluxos migratórios, anteriormente maioritariamente masculinos, com os homens a emigrarem primeiro e, posteriormente, a reunirem as suas famílias, deram lugar a uma alteração de padrões, em que as mulheres, muitas vezes chefes de família, tornam-se as pioneiras no processo migratório, desafiando normas culturais e assumindo um papel central na busca de melhores condições de vida. Este fenómeno levanta questões sobre as dificuldades enfrentadas por estas mulheres, como a sobrecarga de responsabilidades familiares e profissionais, as barreiras legais e económicas, e os desafios na integração social e cultural. Ao mesmo tempo, revela novas formas de autonomia e protagonismo feminino, onde as mulheres deixam de depender dos parceiros e tomam a iniciativa de legalizar a sua situação e a dos seus filhos, muitas vezes reunindo posteriormente os maridos.

Neste contexto, que fatores motivaram a migração de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal entre 2008 e 2019? E de que modo estas experiências revelam as transformações sociais e culturais associadas à feminização das migrações? Comparando o período entre 2008 e 2019 com os anos anteriores, pode-se observar algumas mudanças. Que diferenças podem ser identificadas?

Nesta dissertação, pretende-se compreender o fenómeno da feminização das migrações e analisar os fatores que o podem impulsionar. De salientar que, na escassez de estudos específicos sobre imigrantes provenientes de São Tomé e Príncipe, realizou-se a análise dos dados quantitativos já existentes, como os relatórios dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e Asilo, PORDATA, que apresentam estatísticas demográficas e estudos anteriores relacionados à migração de São Tomé e Príncipe para Portugal, além do INE - Instituto Nacional de Estatística e do Observatório das Migrações (OM).

Este estudo preenche uma lacuna na literatura sobre migrações, focando especificamente as experiências das mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal. Ao dar voz às experiências das mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe, o estudo pode contribuir para uma maior sensibilização da sociedade portuguesa sobre as realidades e desafios enfrentados por essas mulheres. Isso pode promover uma maior compreensão e respeito pela diversidade cultural e pela resiliência das mulheres migrantes. Adicionalmente, a pesquisa pode abrir caminhos para estudos futuros sobre a feminização das migrações em outros contextos e com outras comunidades, permitindo comparações e aprofundamentos sobre o modo como diferentes grupos de mulheres enfrentam as complexidades do processo migratório.

1.3 Estrutura do trabalho

A apresentação desta dissertação consiste numa estrutura organizacional composta por resumo, cinco capítulos e bibliografia.

Na Introdução, explicam-se os objetivos, a pergunta de partida e as razões que justificam a escolha do tema. Procura-se apresentar ao leitor uma compreensão mais clara do contexto do problema de pesquisa e da importância do trabalho. Contextualiza-se a pesquisa e fornece-se uma visão geral dos elementos-chave da dissertação. Explora-se a relevância do tema, destacando por que é importante e merece atenção. Apontam-se razões para a importância do estudo, destacando o valor do conhecimento que será gerado. Fornece-se uma visão geral da estrutura da dissertação, ou seja, como o trabalho está organizado em termos de seções e capítulos.

No Capítulo II, Revisão da literatura, reúnem-se e discutem-se teorias, estudos e informações relevantes sobre o tema, apresentando uma análise crítica das pesquisas, estudos e trabalhos que foram conduzidos anteriormente sobre o mesmo tema, e as possíveis lacunas existentes nas áreas onde as pesquisas anteriores foram limitadas. Procede-se à comparação entre diferentes estudos e perspectivas, destacando tendências, contradições, convergências e divergências entre os trabalhos existentes. Sublinha-se a importância de se analisar as migrações a partir de uma perspectiva de género, tendo como referência, mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe que chegaram a Portugal entre 2008 e 2019, em comparação com os anos anteriores. Apresenta-se um breve historial sobre a migração de São Tomé e Príncipe para Portugal, faz-se a contextualização histórica do impacto da migração na vida destas mulheres na sociedade de origem e apontam-se as suas motivações.

No capítulo III, Metodologia são descritos os procedimentos e métodos utilizados para a realização da pesquisa, com o objetivo de garantir a sua validade e rigor científico. A investigação adotou uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, de modo a capturar de forma abrangente as experiências das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal.

No capítulo IV, Análise de dados, revela-se o impacto da migração na vida das mulheres e nas sociedades de origem e de acolhimento, bem como a análise dos desafios enfrentados na sua integração em Portugal. A partir dos testemunhos recolhidos durante as entrevistas, destacam-se as diferenças e semelhanças que emergiram quanto aos padrões migratórios e as estratégias de resiliência que adoptam no seu percurso. Para além da análise qualitativa, os dados quantitativos extraídos de relatórios de instituições como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Asilo, a PORDATA, o Instituto Nacional de Estatística (INE) e o Observatório das Migrações (OM), apresentam os dados demográficos necessários para traçar um registo estatístico do número de mulheres migrantes são-tomenses residentes em Portugal, em períodos de tempo relevantes para esta tese. Esta análise quantitativa complementa os dados qualitativos, oferecendo uma visão abrangente sobre as condições socioeconómicas dessas mulheres e os factores que influenciam o seu processo de integração.

O capítulo V, Considerações finais, oferece uma perspectiva holística sobre o tema em análise, reflete sobre a nova realidade migratória e sugere possíveis caminhos para futuras investigações.

Capítulo II - Revisão da literatura

2.1 Definições e teorias sobre migração

De acordo com o artigo, “*Explorar as razões da migração: porque é que as pessoas migram?*”, publicado pela Direcção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu (2020), a migração é o movimento de pessoas de um lugar para outro com o objetivo de se estabelecerem num novo local. Pode ser voluntária ou involuntária e pode também ser motivada por diferentes razões, incluindo questões económicas, ambientais e sociais.

No entanto, este entendimento simples revela-se insuficiente face à complexidade implícita nas movimentações migratórias. Para Nolasco (2016), devido às dinâmicas que comportam, pelas motivações implícitas, pelas histórias de vida narradas, pelas rotas que seguem, e pelas determinações globais que se impõem, as migrações são fenómenos plurifacetados, em constante metamorfose na adaptação às circunstâncias do mundo em que acontecem (p. 26).

Em relação à definição do migrante, considerar-se-á a da Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2009), a migração espontânea “Indivíduo ou grupo que inicia e prossegue o seu plano de migração sem qualquer ajuda externa. É geralmente causada pelos factores de atracção e de repulsão e caracteriza-se pela falta de auxílio estatal ou de qualquer outro tipo de auxílio nacional ou internacional”, por se adequar ao perfil voluntário das imigrantes entrevistadas neste estudo. No plano internacional, não existe uma definição universalmente aceite de migrante. O termo migrante compreende, geralmente, todos os casos em que a decisão de migrar é livremente tomada pelo indivíduo em questão, por razões de “conveniência pessoal” e sem a intervenção de fatores externos que o forcem a tal. Em consequência, este termo aplica-se às pessoas e membros da família que se deslocam para outro país ou região a fim de melhorar as suas condições materiais, sociais e possibilidades, e as das suas famílias (p. 43).

De acordo com as estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), o número de migrantes internacionais terá chegado aos 272 milhões, continuando a tendência ascendente dos últimos anos em todas as regiões do mundo. Por outro lado, McAuliffe & Khadria (2020) defendem que o volume e o ritmo das migrações internacionais são difíceis de prever com precisão, pois dependem simultaneamente de ocorrências pontuais, como a instabilidade, crise económica e conflitos, e de tendências de fundo, como alterações demográficas, desenvolvimento económico, progressos nas tecnologias de comunicação e nos meios de transporte (p. 2).

De acordo com Neli Demireva (como citado Haas et al., 2019), “é inconcebível desconsiderar as forças sociais e económicas que estão por trás do movimento de pessoas através das fronteiras” (p. xii).

De acordo com o Eurocid (2022), a relação de Portugal com a questão das migrações não tem sido homogênea. Recentemente, o país passou de ser considerado um país de emigração na União Europeia, do qual as pessoas saem em busca de melhores oportunidades económicas, para ser também considerado um país de imigração, recebendo cada vez mais imigrantes e estrangeiros para viver e trabalhar. Segundo o Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (SEF, 2018), a análise da evolução da população estrangeira em Portugal implica a consideração de diversos aspetos, como os contextos económicos e social português e dos países de origem, a evolução legislativa, as relações históricas e culturais, e os impactos da operacionalização de políticas de imigração. Houve um aumento do número de estrangeiros residentes em Portugal, sendo em 2018 cerca de 480.300 estrangeiros a residir legalmente no país, um aumento de 13,9% em relação a 2017, o número mais elevado de sempre. De acordo com a mesma fonte, havia um ligeiro predomínio do sexo feminino (50,6%) sobre o masculino (49,4%) (SEF, 2018, pp. 16-17).

Segundo Sant'Ana (2009), a maior parte dos estudos sobre processos migratórios, até há poucas décadas, não incluía as mulheres como uma categoria distintiva. A autora apresenta duas razões para tal. Primeiro, as teorias migratórias foram condicionadas pela teoria económica, sendo o papel económico feminino considerado de menor relevância. Segundo, as mulheres surgiam na literatura apenas como esposas de migrantes, mães de migrantes, viúvas de migrantes, ou filhas de migrantes, ou seja, a mulher migrante era representada como um ser dependente da figura masculina (p. 47).

2.2 Migração na perspectiva de género

Quando se fala de «género», muitas vezes verifica-se uma interpretação incorrecta, confundida com a noção de sexo biológico. Segundo Jerónimo (2019), sexo e género são categorias conceituais diferentes, ainda que enumeras vezes sejam tratados como sinónimos na linguagem comum. Dizer que o sexo é biológico e que o género é uma construção social aparenta ser uma boa forma de iniciar essa delimitação conceitual. O género, diferentemente do sexo, é uma construção social e cultural, associada a papéis desempenhados em sociedade por homens e mulheres e com implicações quanto ao modo de agir, vestir e falar (pp. 22 -24).

A relevância do género para a compreensão da cultura de São Tomé e Príncipe está profundamente ligada ao papel que as mulheres desempenham dentro da estrutura familiar da sociedade são-tomense. Tradicionalmente, a elas é atribuída a responsabilidade pelo sustento e pela reprodução do agregado familiar. Ao emigrar, as mulheres são-tomenses carregam consigo essa responsabilidade, que se torna parte central da sua identidade e molda as relações sociais que desenvolvem nos países de acolhimento.

Costa e Schwin (2018) defendem que as expectativas de género feminino costumam partir de preconceitos que limitam a vida das mulheres, seja por enfatizar o seu papel como esposas e mães, ou por ditar que tipos de atitude devem ter tanto no espaço doméstico quanto no ambiente de trabalho. Esses estereótipos, baseados no género, refletem-se na divisão do trabalho, nas diferentes formas de

violência sofrida pelas mulheres, na determinação de quais espaços podem ocupar, nas pressões sobre o tipo de vida e comportamentos (casamento, maternidade, vestuário, entre outros), e na dificuldade de superar as estruturas de poder que ordenam a sociedade. Tais situações são comuns a todas as mulheres, mas para aquelas em situação de migração são um agravante, na medida em que estão mais desprotegidas para reivindicar e ter acesso aos seus direitos (p. 117).

Grassi e Évora (2007) destacam um diálogo crítico sobre a questão de género no estudo da diáspora cabo-verdiana. Para as autoras, a categoria de género é transversal a todas as sociedades e refere-se às dinâmicas socialmente construídas que moldam as diferenças entre homens e mulheres na distribuição de rendimentos, no acesso a recursos e nos direitos de cidadania. Elas argumentam que o termo "género" nas ciências sociais sustenta que, apesar das diferenças biológicas, existem várias formas de construir diferenças sociais. Além disso, Grassi e Évora sublinham que o género pode ser visto como uma estrutura interpretativa das relações entre indivíduos, que varia de acordo com os modos de vida e a organização social da época moderna. Nos contextos migratórios, as desigualdades de género devem ser abordadas na legislação que regula o movimento de pessoas e mercadorias. As autoras assinalam que as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais, não resultantes de fatores biológicos, mas de escolhas sociais e culturais, que legitimam comportamentos específicos e sustentam desigualdades estruturais em diversas esferas, como o mercado de trabalho, as estruturas políticas e o ambiente familiar (p. 14).

Trovão e Ramalho (2010) reforçam, no seu estudo, que o enfoque no género tem vindo a ser considerado um organizador analítico potente, permitindo perceber como homens e mulheres constroem percursos sociais autónomos e diferenciados, e, a partir desses percursos, desenvolvem visões do mundo e modalidades de agência distintas. Ao nível do projeto migratório familiar clássico, isso possibilitou que as mulheres também pudessem ser vistas como decisoras e/ou agentes ativas. Esta mudança evidenciou a necessidade de conhecer de forma mais aprofundada os perfis, motivações, práticas, formas de organização e participação social das mulheres (p. 15).

Marinucci (2007) ressalva que a vulnerabilidade está frequentemente relacionada com a feminização das migrações. No entanto, esta característica não é inerente ao facto de ser mulher, mas sim uma realidade social decorrente de estruturas e normas culturais, patriarcais e discriminatórias que alimentam os estereótipos e as desigualdades de género (p. 13).

Em Portugal, os estudos sobre mulheres imigrantes continuam dispersos e pontuais, sem uma verdadeira continuidade de interesse na análise desta temática. De acordo com Miranda (2009), o estudo das migrações não tem contemplado uma perspetiva de género, assumindo-se que as características das migrações nacionais se podem generalizar a todo o universo migrante (p. 28). Embora esta observação tenha sido feita em 2009, a situação parece manter-se. Conforme apontam Neves et al. (2016), apesar do aumento dos fluxos imigratórios que tornaram Portugal um país mais multicultural, com particular destaque para o crescimento da presença de mulheres imigrantes, os estudos sobre migrações femininas no país continuam a ser dispersos e pontuais. Assim, a análise

sobre as mulheres migrantes ainda carece de um interesse contínuo e sistematizado por parte dos investigadores, corroborando a observação feita anteriormente por Miranda (2009).

A literatura existente tende a privilegiar uma perspectiva masculina dos percursos migratórios, frequentemente retratando o homem como o principal sustentáculo financeiro e a mulher como um membro dependente do agregado familiar.

Assis (2007) considera que este desequilíbrio é refletido em representações como as do Museu de Ellis Island², onde imagens de homens migrantes são acompanhadas de perguntas como “Você tem trabalho?”, enquanto as fotos de mulheres e crianças trazem a questão “Você é casada? Essas representações sugerem diferentes expectativas e papéis atribuídos a homens e mulheres migrantes, refletindo um viés recorrente nas teorias sobre migrações internacionais, onde os homens são frequentemente vistos como os migrantes em busca de trabalho, enquanto as mulheres são retratadas como acompanhantes de maridos e filhos, e não como sujeitos migratórios ativos (p. 748).

Botero Rodriguez et al. (2019) sublinham que novos padrões migratórios indicam um crescente número de mulheres que emigram de forma independente, em alguns casos assumindo o papel de pioneiras nas estratégias migratórias familiares. Esta mudança tem sido interpretada como parte da feminização das migrações, um fenómeno que tem vindo a aumentar significativamente nas últimas décadas (p. 60).

Gomes (2017) reforça esta perspectiva, apontando que a globalização, as mudanças demográficas e sociais têm levado a um aumento das deslocações diretas de mulheres de outros continentes para a Europa, muitas das quais migram de forma autónoma e por decisão própria.

As motivações das mulheres para migrar são variadas e podem incluir desde a busca de melhores condições económicas, a fuga da violência, até à procura de independência pessoal. Esta diversidade de motivações é essencial para compreender as dinâmicas contemporâneas das migrações femininas. Segundo Dolores Juliano (como citada em Botero Rodriguez et al. 2019) argumenta que estas dinâmicas envolvem fatores como padrões de fluxo migratório, características demográficas, impactos socioeconómicos nos países de origem e destino, políticas de imigração, e questões culturais, entre outros (p.59).

A compreensão do género como uma dimensão explícita do processo migratório permite identificar o papel das mulheres como agentes ativas no processo migratório, contrariando a visão tradicional que as retrata apenas como figuras passivas e dependentes.

Jerónimo (2019) destaca que a vulnerabilidade associada à feminização das migrações não é uma característica inerente ao ser mulher, mas sim um resultado de estruturas e normas culturais,

² “Do século XIX até metade dos anos 1950, Ellis Island foi o lugar no qual funcionava o Departamento de Imigração Norte-Americano e para onde se dirigia a maioria dos 35 milhões de migrantes que aportavam nos Estados Unidos. Quando chegavam, os imigrantes eram entrevistados, examinados e, se aprovados, liberados para entrar nos Estados Unidos. O lugar ficou fechado e abandonado durante vários anos; porém, depois de uma grande reforma, transformou-se em Museu da Imigração” (Assis, 2007, p. 748).

patriarcais e discriminatórias que perpetuam estereótipos e desigualdades de género. Assim, discutir a feminização das migrações implica também abordar as interseções de género, raça e classe, especialmente no caso de mulheres negras, que enfrentam discriminações múltiplas e sexismo, tanto nas sociedades de origem quanto nas de acolhimento (pp. 58-59).

Neste sentido, a análise das migrações a partir de uma perspetiva de género é fundamental para desconstruir narrativas estereotipadas e reconhecer as mulheres como participantes ativas e decisoras nos processos migratórios. Esta abordagem crítica desafia as conceções tradicionais e permite um entendimento mais profundo das dinâmicas migratórias, contribuindo para a criação de políticas públicas mais inclusivas e sensíveis às especificidades de género nas migrações.

2.3 Feminização das migrações

A contextualização teórica sobre a migração feminina e a feminização das migrações é essencial para compreender o papel das mulheres no contexto migratório e as transformações nas dinâmicas sociais e económicas associadas a este fenómeno. A migração feminina refere-se ao deslocamento de mulheres de um local para outro, seja dentro de um país ou entre países, motivado por uma diversidade de razões, incluindo económicas, familiares, sociais ou políticas. Segundo Pereira (2006), a proporção das mulheres no total da população migrante tem aumentado ao longo das últimas décadas e em todas as regiões do globo. Apesar deste aumento e da sua crescente visibilidade, alguns autores consideram que o estudo das experiências das mulheres como migrantes no país recetor permanece incompleto (p. 88). Esta tese vem também no âmbito de preencher uma lacuna na literatura sobre migrações, focando especificamente as experiências das mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal.

Para Marques e Góis (2012), a imigração, na sua história recente, foi durante muito tempo entendida como uma migração laboral focalizada em sectores como a agricultura e a indústria, sendo predominantemente associada a homens. A vasta literatura histórica e sociológica sobre migrações no século XX raramente aborda o papel das mulheres, e quando o faz, retrata-as principalmente como esposas que se juntam aos maridos, sem as reconhecer como indivíduos autónomos e agentes das suas próprias trajetórias migratórias (p. 16).

No que toca à feminização das migrações, esta é um fenómeno amplamente observado a nível global, influenciado por várias tendências, como mudanças nas oportunidades de emprego, desigualdades de género e uma crescente procura por trabalho em sectores tradicionalmente femininos, como os cuidados de saúde e o trabalho doméstico.

De acordo com Haas et al. (como citado em Jerónimo, 2019), um dos aspetos mais marcantes das migrações internacionais contemporâneas é a crescente feminização das migrações laborais, resultado do aumento significativo da participação de mulheres a migrar sozinhas e a dominar os fluxos migratórios (p. 39).

Lopes (2011) discorda desta perspetiva e defende que a feminização da migração vai além do mero aumento numérico da presença feminina nos fluxos migratórios. A autora defende que a

feminização reflete uma mudança qualitativa nas motivações das mulheres para migrar, bem como nos mecanismos de migração e na sua visibilidade nos fluxos migratórios (p. 12).

Existe, portanto, uma divergência entre os autores sobre o que constitui a feminização das migrações. Esta diversidade de perspectivas sublinha a complexidade do fenómeno, evidenciando que a feminização das migrações desafia a percepção tradicional da migração como um fenómeno predominantemente masculino e reflete uma transformação estrutural nas dinâmicas migratórias atuais.

A “feminização das migrações” é um fenómeno complexo que envolve múltiplas perspectivas e interpretações, refletindo uma crescente visibilidade das mulheres nos fluxos migratórios internacionais. Compreender as contradições e os desafios associados a este fenómeno é essencial para enriquecer a análise e o debate académico sobre a migração feminina.

Marinucci (2007) sugere que a feminização das migrações pode ser compreendida de três maneiras: como um aumento no número de mulheres migrantes, como uma mudança nos critérios analíticos das migrações com a inclusão do enfoque de género, e como uma transformação no perfil dessas mulheres. A “feminização quantitativa” refere-se ao aumento no número de mulheres migrantes, enquanto a inclusão do enfoque de género questiona a “invisibilidade” das mulheres nos estudos migratórios, em que muitas vezes são vistas apenas como esposas e mães com um papel secundário no mercado de trabalho. Por outro lado, a “feminização qualitativa” reflete a transformação no perfil das mulheres migrantes, que têm cada vez mais migrado de forma autónoma, não apenas como acompanhantes, mas também como pioneiras em busca de melhores oportunidades económicas, muitas vezes assumindo o papel de principais provedoras da família (pp. 2 -7).

Miranda (2009) questiona se o fenómeno corresponde realmente a uma feminização global das migrações ou se se trata apenas de uma maior visibilidade das mulheres no discurso migratório (p. 24)

Para Schrover (2013), o termo “feminização” é frequentemente mal compreendido e utilizado de forma imprecisa. A autora argumenta que, historicamente, a percentagem de mulheres nas populações migrantes nunca foi tão baixa ao ponto de justificar a noção de um aumento dramático. Alega ainda que o crescimento do número das mulheres migrantes pode refletir apenas uma maior regulação e visibilidade da imigração legal, não um aumento absoluto no número de mulheres a migrar. A autora acrescenta ainda que, se alguma vez houve um período de feminização nas migrações, foi entre as duas guerras mundiais, quando os estados restringiram a imigração masculina, mas continuaram a permitir a entrada de mulheres como trabalhadoras domésticas. Após o término dos programas de *guest workers*, em 1975, a percentagem de mulheres migrantes voltou a equilibrar-se com a dos homens. Assim, segundo a autora, os dados disponíveis não sustentam a ideia de uma feminização marcante das migrações atuais.

Wihtol de Wenden (2003), El-Cherkeh et al. (2004), Yamanaka e Piper (2005) e Dobson (2008), como citados em Schrover (2022), abordam a feminização com ênfase nos desafios específicos enfrentados pelas mulheres, como os riscos associados ao trabalho feminino, prostituição e tráfico de

pessoas. Para estes autores, o conceito de feminização é muitas vezes associado a uma problematização da migração feminina, destacando as vulnerabilidades específicas das mulheres (p.27)

Neves et al. (2016) reforçam a importância de integrar a análise de género nos estudos sobre migrações femininas, destacando que as mulheres representam uma parcela significativa da população migrante global. Para estes autores, a feminização das migrações resulta de um conjunto de forças estruturais, incluindo discriminação sexual e desigualdades de género, mas também de uma procura crescente por autonomia e emancipação económica e pessoal por parte das mulheres migrantes (pp. 729-730).

McAuliffe e Khadria (2020) abordam a feminização das migrações, referindo que embora nos países da OCDE, as migrações continuem predominantemente ligadas a motivos familiares, com o reagrupamento familiar, a representar cerca de 38% dos novos imigrantes permanentes em 2016 (p. 197), as mulheres desenvolvem uma autonomia crescente ao decidirem migrar por conta própria, como trabalhadoras, estudantes ou refugiadas.

Em Portugal, de acordo com as estatísticas apresentadas pelo Departamento de Estatística (2006), em 2002, 18.066 estrangeiros solicitaram o estatuto de residente, dos quais 8.878 (46,9%) eram do sexo masculino e 9.588 (53,1%) do sexo feminino. A maioria provinha de países do continente africano, e um número significativo era oriundo da Europa e da América do Sul.

Jerónimo (2019) argumenta que a feminização das migrações internacionais continua a ser uma tese amplamente popular. Isso deve-se ao facto de que a ideia de que as migrações internacionais estão a tornar-se cada vez mais feminizadas continua a ser geralmente aceite, independentemente dos dados estatísticos. Parte desta explicação reside no facto de os debates académicos e políticos sobre o tema ocorrerem frequentemente na Europa, onde a percentagem média de mulheres imigrantes tem estado acima dos 50% desde 1990. É inegável que existem rotas migratórias fortemente feminizadas, especialmente ligadas ao trabalho doméstico e à prestação de cuidados, cuja procura na Europa tem aumentado devido ao envelhecimento da população e ao aumento da longevidade. Esta situação tem levado os Estados a facilitar a admissão de mulheres imigrantes, como é o caso da Irlanda com as enfermeiras filipinas (p. 41).

Os estudos sobre migração têm tradicionalmente privilegiado as trajetórias masculinas, considerando o homem como o provedor da família e a mulher como um membro dependente do agregado familiar. Casas e Garson (como citado em Miranda [2009]) destacam que “até há três décadas atrás, a migração feminina era alvo de pouca atenção” (p. 22). No entanto, Wall et al. (2008) defendem que novos padrões migratórios mostram que um número crescente de mulheres emigra de forma independente, e em alguns casos, a mulher é o elemento pioneiro em estratégias migratórias familiares (p. 1).

Gomes (2017) defende que, no século XXI, a imigração feminina deixou de estar associada a um percurso e projeto “familiar”, no qual primeiro emigrava o homem e só posteriormente a mulher e os filhos, através do reagrupamento familiar (p. 1).

Marinucci (2007) sugere que as mudanças no papel da mulher na sociedade, a sua inserção no mercado de trabalho, os avanços no processo de emancipação e o aumento do número de mulheres migrantes tornaram obsoleta a visão da mulher como agente passivo no ato migratório. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover a igualdade de género e a inclusão das mulheres migrantes (p. 2).

2.4 Breve historial sobre a migração de São Tomé e Príncipe e sobre a mulher são-tomense

Localizada no Golfo da Guiné, a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular em desenvolvimento (PEID), com uma economia frágil, de rendimento médio baixo, altamente vulnerável a choques externos e fortemente dependente da ajuda pública ao desenvolvimento (APD).

Ainda sob o domínio português, em 18 de abril de 1961, os movimentos nacionalistas organizaram a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas em Casablanca, onde foi fundada a primeira organização multinacional de língua portuguesa, a CONCP. Durante a conferência, foram assinados acordos de cooperação que facilitaram o acesso dos são-tomenses a cargos na função pública. Antes de 1974, os poucos são-tomenses que migraram fizeram-no principalmente no âmbito do funcionalismo público, para prosseguir estudos ou continuar a sua especialização técnica e profissional, em áreas como medicina, ensino, e engenharia, acabando por se fixar em países como Angola e Portugal (Fundação Mário Soares, 2022).

Assim, os primeiros emigrantes de São Tomé e Príncipe eram, principalmente, funcionários públicos, enfermeiros, professores e estudantes.

Após a independência, em 12 de julho de 1975, o país entrou num período de regime político monopartidário que se manteve até 1989. Em 1990, com a introdução de uma nova constituição, o regime político passou a multipartidário, sistema que se mantém até aos dias de hoje.

A bibliografia sobre as migrações de santomenses é escassa, refletindo a limitada atenção académica dada a este fenómeno específico. Embora existam alguns estudos que abordam as dinâmicas migratórias de forma mais abrangente, os trabalhos focados nas migrações de São Tomé e Príncipe para Portugal são poucos. Entre os que se destacam estão: Bonfim (2000), que analisou os processos migratórios de São Tomé e a corrente migratória para Portugal; Pereira (2006), com um estudo de caso sobre as mulheres migrantes santomenses no Bairro Vale de Chicharos; Nascimento (2011), que explorou o meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses; Nascimento (2012), que investigou o associativismo feminino santomense em Lisboa; Almeida e Caldas (2012), que examinaram a integração da mulher santomense em Portugal, com foco nas questões de género e maternidade; Seibert (2013), que explorou o ensino superior e as trajetórias migratórias de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em Portugal; Espírito Santo (2015), que discutiu a emigração e as estratégias de

desenvolvimento nos pequenos estados insulares de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; Cardoso (2015), que analisou as migrações e as estratégias de desenvolvimento dos pequenos estados insulares e Sobral (2018), que abordou o nacionalismo à distância e as experiências de racismo entre os migrantes santomenses em Portugal. Apesar destas importantes contribuições, a literatura existente é insuficiente para cobrir a complexidade e as especificidades deste movimento migratório.

No período pós-colonial, após 1975, os emigrantes eram principalmente estudantes que recebiam bolsas de estudo. Segundo Seibert (2013), tal situação foi facilitada por um regime especial estabelecido por Portugal, que permitia o acesso ao ensino superior sem a necessidade de provas de admissão, beneficiando particularmente os estudantes de São Tomé e Príncipe e Cabo Verde (p. 282).

Em 1977, foi assinado um acordo entre o Governo de Portugal e o Governo de São Tomé e Príncipe na área da saúde (Decreto nº 25/77 de 3 de março). Este acordo criou uma nova categoria de imigrantes: mãe que acompanhava os filhos doentes para serem submetidos a avaliações médicas conjuntas em Portugal (Bonfim, 2000).

Nos finais dos anos 80 e inícios dos anos 90, com a abertura ao multipartidarismo, intensificaram-se os fluxos migratórios de São Tomé e Príncipe para países como o Gabão, Angola e Portugal (Bonfim, 2000). Este facto pode ser explicado pelas condições sociais e economicamente precárias vividas, naquela altura, no arquipélago. O gráfico abaixo ilustra aumento gradual do número de imigrantes são-tomenses residentes em Portugal desde a década de 1980 até ao ano de 2000, tal aumento está relacionado com os factos supracitados. É de salientar que não existe registo de dados referentes a cidadãos residentes em Portugal com nacionalidade são-tomense para anos anteriores a 1980.

População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal: Total de residente com nacionalidade são-tomense	
Ano	Nº Total de cidadão residentes em Portugal com Nacionalidade são-tomense
1980	715
1981	723
1982	858
1983	1131
1984	1279
1985	1423
1986	1563
1987	1625
1988	1730
1989	1873
1990	2034
1991	2183
1992	2545
1993	2911
1994	3782
1995	4082
1996	4234
1997	4304
1998	4411
1999	4809

Quadro 1- População estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal: Total de residente com nacionalidade são-tomense

Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

Segundo o relatório de 2015 sobre o Dividendo Demográfico em São Tomé e Príncipe, um estudo sobre o perfil da pobreza realizado em 2010 pelo PNUD e pelo Instituto Nacional de Estatística, conhecido como Inquérito do Orçamento Familiar (IOF), revelou que 66,2% da população vive abaixo do limiar da pobreza, com mais de 15% a viver em extrema pobreza. Esta situação afeta sobretudo as mulheres, com mais de 70% delas a viverem nesta condição, juntamente com as populações rurais, o que tem levado a uma migração significativa para as áreas urbanas (UNFPA, 2015).

De acordo com A Plataforma Portuguesa para o Direito da Mulher (2018) o Fundo das Nações Unidas para a População, 43% da população de São Tomé e Príncipe tem menos de 14 anos, com a esperança de vida à nascença a situar-se nos 69 anos para as mulheres e 65 anos para os homens; 51% da população são mulheres

Segundo Sequeira (2010), até à independência, a presença das mulheres no mercado de trabalho formal era muito limitada ou quase inexistente, com a maioria delas a permanecer na condição de donas de casa, dedicando-se exclusivamente às tarefas domésticas. No entanto, ao longo do tempo, a participação feminina no campo social e laboral foi aumentando gradualmente. No que se refere ao mercado de trabalho, observa-se uma fraca participação das mulheres nas atividades económicas, enquanto em outros se verificava desemprego, subemprego ou salários inferiores aos dos homens, evidenciando assim uma subestimação do papel da mulher na sociedade. Ainda foi constatado que as mulheres são-tomenses continuam a enfrentar exclusão social, pois a pobreza afeta de forma desproporcional o sexo feminino. Este cenário, agravado pelo insucesso escolar, desemprego e violência, entre outros fatores, está aliado à instabilidade macroeconómica do país, caracterizada por elevadas taxas de inflação. A fragilidade na capacidade de resposta por parte dos órgãos do Estado para lidar com os inúmeros problemas que afetam a população em geral, e as mulheres em particular, tem contribuído para enfraquecer ainda mais a posição feminina, especialmente no que toca às desigualdades de género (pp. 43-44).

Nascimento (2012) refere que, apesar das dificuldades derivadas da condição de imigrantes e da idealização da terra natal, muitas mulheres não pretendem regressar, dadas as desvantagens do retorno ao arquipélago em termos das relações de género e da solidez dos projetos familiares. Em Lisboa, a vida é difícil, mas é menos incerto no tocante à longevidade dos projetos de vida familiar (p.118).

O jornal digital *Téla Nón*³ (2017) destaca que a mulher são-tomense ainda é frequentemente vista como responsável pelas tarefas domésticas e pela educação dos filhos e cuidadora do marido. É discriminada nas letras das músicas, nos grupos de carnaval, stleva⁴, no teatro, nas músicas, na

³ Malheiro, D. (2017, 4 de agosto). As condicionantes de nascer/ser mulher na sociedade São-Tomense. *Téla Nón*. Disponível em <https://www.telanon.info/suplemento/opiniaio/2017/08/04/24981/as-condicionantes-de-nascerser-mulher-na-sociedade-sao-tomense/> (Consultado em 20 de setembro 2024).

⁴ "Performance recitada, apresentada por grupos de homens na Quarta-feira Santa. A forma de interpretação, a recitação ritmada, a intensidade e a duração conduzem a uma sensação de transe. Contudo, a letra recitada – sátiras e críticas sociais – impossibilita o esquecimento da realidade, mantendo a atenção dos espectadores fixa na apresentação. Há quem sublinhe, atualmente, a similitude com o rap, chegando a criar hipóteses – bastante exageradas e sem fundamentos – de o surgimento deste género musical ter como base a stleva. Em

comunicação social, institucionalmente na sua representatividade política, nos cargos de direção, na execução da sua atividade profissional, na estrutura social, cultural, desportiva, política, económica e financeira do país. As mulheres representam a maior parte da população são-tomense, e embora sejam o grupo mais afetado pela pobreza e exclusão, têm um papel central na redução da pobreza, especialmente através da sua presença nos sectores da saúde, educação, gestão económica familiar, agricultura e comércio informal.

Em São Tomé e Príncipe, a família é, na sua maioria, matrifocal, centrada na figura da mulher enquanto mãe, que gere a casa, os filhos e, frequentemente, outros membros familiares não consanguíneos. Apesar de o homem ser visto como o líder da família, é a mulher que, na prática, assume a responsabilidade pelo cuidado do agregado familiar. Esta estrutura social e cultural contribui para a migração feminina, na medida em que muitas mulheres são forçadas a procurar oportunidades de trabalho e estudo no exterior para garantir o sustento e o bem-estar da sua família.

Em São Tomé e Príncipe, a irresponsabilidade parental é uma questão amplamente difundida e socialmente tolerada, o que frequentemente resulta na constituição de famílias monoparentais lideradas, na maioria dos casos, por mulheres (UNICEF, 2016).

Segundo Seibert (2001), o sistema conjugal e de paternidade em São Tomé e Príncipe caracteriza-se pela virtual ausência do casamento monogâmico e pela alta incidência de múltiplas e consecutivas uniões de facto, conhecidas localmente como "vivença"⁵, o que faz com que 33% dos agregados familiares sejam chefiados por mulheres. Além disso, existe um elevado índice de filhos considerados "ilegítimos" (p. 445).

A migração de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal apresenta características específicas que refletem tanto as dinâmicas sociais do país de origem como os desafios enfrentados no país de acolhimento. Estas mulheres não migram apenas em busca de novas oportunidades; trazem consigo as responsabilidades tradicionais de cuidadoras e gestoras do lar. Em São Tomé e Príncipe, desempenham um papel central na gestão do rendimento familiar, exercendo uma influência decisiva nas finanças domésticas. Nas zonas rurais, sobretudo nas roças, muitas delas têm um papel crucial nas plantações agrícolas e de subsistência. Já nas áreas urbanas, destacam-se como empreendedoras, conhecidas como "palaiês", dinamizando o mercado local através de pequenos negócios.

Ao migrarem para Portugal, essas mulheres continuam a acumular as tarefas domésticas com a necessidade de contribuir para o sustento da família. Além disso, enfrentam desafios adicionais relacionados com a migração feminina, como a pressão social, que perpetua a ideia de que o papel de cuidadora é exclusivamente atribuído à mãe, mesmo à distância. Em muitos casos, assumem o papel principal tanto nas suas vidas como nas das suas famílias, sendo o envio regular de remessas financeiras vital para o equilíbrio económico dos seus familiares em São Tomé e Príncipe.

todo o caso, um estudo atento desta manifestação cultural poderia contribuir para a observação do aparecimento de fenómenos parecidos em várias épocas e diferentes latitudes geográficas" (Chambel, 2022, p. 42)

⁵ Mulheres que mantêm relações com homens casados ou em união de facto.

Embora a maioria da população se identifique como católica, a prática da poligamia é percebida como natural entre os habitantes de São Tomé e Príncipe, sugerindo uma interseção complexa entre tradições culturais e religiosas. Para além do casamento canónico, existem outras formas de união reconhecidas na sociedade, incluindo a união de facto e a "vivencha", na qual o homem visita a mulher de tempos em tempos. Apenas 15% das mulheres envolvidas neste tipo de relações dispõem de rendimento regular próprio e muitas mães solteiras não recebem qualquer apoio financeiro dos pais dos seus filhos (Seibert, 2001, p. 450). Não existem estudos atualizados sobre esta matéria, no entanto, é de conhecimento público que este tipo de relações conjugais continua a existir em São Tomé e Príncipe.

Estas uniões, refletem uma diversidade de formas de relacionamentos conjugais e familiares que são aceites dentro da cultura local. Existe uma expectativa cultural de que a mulher seja mãe como prova de sua feminilidade, sendo também socialmente pressionada a aceitar as múltiplas relações do parceiro como uma reafirmação da virilidade masculina. Este cenário evidencia as normas de género e as expectativas sociais que moldam as experiências e os papéis das mulheres na sociedade são-tomense.

As mulheres são-tomenses frequentemente emigram em busca de oportunidades de emprego, cuidados de saúde e acesso à educação para si e para as suas famílias. No contexto das migrações de São Tomé e Príncipe para Portugal, como se pode observar no Quadro 2 (p.22), existe um crescimento gradual do número de mulheres migrantes provenientes de São Tomé e Príncipe que residem em Portugal, mas é apenas a partir do ano de 2001, que o número de mulheres são-tomenses que migram para Portugal e adquirem o estatuto de residente chega a ultrapassar o número de homens da mesma origem, com o mesmo destino e estatuto. Observa-se também, um aumento cada vez mais acentuado, do número de mulheres nos anos seguintes, especialmente, a partir de 2006. Tal fenómeno está diretamente relacionado com a entrada em vigor da Lei n.º 37/2006, de 9 de agosto, que regula o exercício do direito de livre circulação e residência dos cidadãos da União Europeia e dos membros das suas famílias no território nacional. Esta lei permitiu aos familiares dos membros da União Europeia “a solicitação de um título de residência com dispensa de visto, por motivo de casamento com cidadão nacional ou da União Europeia, pelo facto de ser progenitor de cidadão nacional, pela aquisição de nacionalidade portuguesa e pela conversão de AP⁶ em AR⁷ no ano de 2006” (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2006, p. 8). O aumento de mulheres são-tomenses em Portugal com estatuto de residência, nestes anos, justifica-se tendo em conta que as mesmas foram beneficiadas por esta lei, uma vez que a lei permitia converter os seus vistos de autorização de permanência (AP) em vistos de autorização de residência (AR).

Entre 2008 e 2019, regista-se o maior fluxo migratório (Quadro 2, p.22), mas ao contrário do previsto, as restrições impostas pela pandemia não resultaram numa queda significativa da migração.

⁶ AP - Visto de autorização de permanência

⁷ AR - Autorização de residência

A 18 de Março de 2020, foi decretado o primeiro estado de emergência em Portugal, com o Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, regulamentado pelo Decreto n.º 2-A/2020. As medidas incluíram o encerramento de aeroportos e fronteiras, bem como o confinamento obrigatório. No entanto, a legalização da entrada no país e a superação de desafios relacionados com o cruzamento de fronteiras tornaram-se menos complicadas do que as condições de precariedade em São Tomé e Príncipe. As medidas implementadas em Portugal, particularmente no âmbito da saúde e da regularização de Apesar das expectativas de desaceleração, o fluxo migratório de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal manteve-se elevado em 2020, mesmo com a pandemia de COVID-19 (Gráfico 5, p.35).

Capítulo III - Metodologia e estratégia de investigação

3.1 Desenho da pesquisa

A crescente importância do papel das mulheres nos movimentos migratórios contemporâneos, conhecida como "feminização das migrações", constitui uma tendência demográfica que despertou o interesse pela abordagem e compreensão desta temática.

A metodologia desta dissertação baseia-se numa abordagem de métodos mistos (quantitativos e qualitativos), com o objetivo de discutir e compreender o conceito da feminização das migrações, tendo como referência as experiências de percurso migratório das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe para Portugal, de 2008 a 2019, em comparação com os anos anteriores, com ênfase nas dinâmicas de género envolvidas.

A revisão bibliográfica serviu como ponto de partida para a pesquisa, proporcionando à tese uma base teórica sólida para a discussão e compreensão de tópicos como a migração em geral, teorias de género, feminização das migrações e abordagens relacionadas à imigração de São Tomé e Príncipe. Essa revisão desempenhou um papel fundamental na construção da estrutura analítica e na interpretação dos dados recolhidos.

Na ausência de estudos específicos sobre imigrantes provenientes de São Tomé e Príncipe, realizou-se uma análise dos dados quantitativos já existentes, como os relatórios elaborados por membros de instituições como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Asilo, OCDE, OIM, ONU, PNUD e UNICEF que apresentam estatísticas demográficas. Foram também exportados dados a partir do PORDATA, e de estudos anteriores relacionados à migração de São Tomé e Príncipe para Portugal liderados pelo INE - Instituto Nacional de Estatística de Portugal e pelo Observatório das Migrações (OM). Estas fontes forneceram informações adicionais que permitiram uma contextualização mais ampla dos resultados obtidos nas entrevistas.

Através da pesquisa qualitativa pretendeu-se explorar as perspetivas de género e experiências das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal, permitindo uma compreensão mais aprofundada dos fenómenos sociais e culturais que permeiam o processo migratório destas mulheres. Esta pesquisa possibilitou a recolha de dados mais ricos e contextualizados, através de entrevistas e análise de documentos relevantes.

A técnica de recolha foi baseada em entrevistas semiestruturadas, realizadas com dez mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe: seis que chegaram a Portugal entre 2008 e 2019 e quatro que chegaram antes de 2008. Durante as entrevistas, foram registadas diferenças nas declarações entre as mulheres que chegaram nesses dois períodos, permitindo uma comparação entre as suas experiências. Embora o número de entrevistas seja relativamente pequeno, elas foram realizadas com o objetivo de ilustrar observações que já tinha feito anteriormente, tanto pela convivência com mulheres são-tomenses como pela minha experiência profissional, que me permite diariamente interagir com migrantes de várias origens, incluindo de São Tomé e Príncipe. Importa sublinhar que o número de

participantes não é suficiente para se tirarem conclusões gerais, mas serve para apoiar as minhas observações sobre as mudanças nos padrões migratórios femininos de São Tomé e Príncipe. Além disso, o curto período para a elaboração desta tese também limitou o número de entrevistas realizadas.

Essas entrevistas foram conduzidas de forma sensível e ética, respeitando a privacidade e a confidencialidade das participantes. No entanto, fui confrontada com alguns obstáculos, observei que algumas entrevistadas manifestaram certo receio em partilhar experiências mais detalhadas, sobretudo em relação a ações que pudessem ser interpretadas como fora das normas ou da legislação vigente. Este facto deve-se, possivelmente, à minha posição profissional no SEF, atual AIMA - Agência para a Integração Migrações e Asilo⁸, que, apesar de não interferir na integridade do estudo, criou um ambiente de cautela nas entrevistadas. Tal circunstância, longe de ser uma questão de competência ou imparcialidade, reflete a sensibilidade do contexto migratório e a complexidade das dinâmicas vividas por essas mulheres. O guião de entrevista foi testado, incluindo uma barreira temporal inicialmente pensada para antes e depois da independência de São Tomé e Príncipe (1975). Dada a ausência de estudos específicos sobre imigrantes provenientes de São Tomé e Príncipe, a falta de dados desagregados por género (homens/mulheres) referentes a dados anteriores a 1975 e entre 1975 a 1999, e a dificuldade em selecionar participantes com base nestes critérios, o período temporal foi ajustado para 2008 a 2019. Esta limitação impossibilitou um estudo detalhado da transformação quantitativa da migração feminina em anos anteriores a 1975 e entre 1975 e 1999.

3.2. Técnicas de análise de dados

A análise dos dados seguiu uma abordagem indutiva, para examinar as narrativas das mulheres migrantes e identificar os principais temas relacionados à motivação migratória, experiências de género, vulnerabilidades e estratégias de empoderamento.

A análise quantitativa dos dados foi realizada com base nos relatórios demográficos das fontes mencionadas anteriormente, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a OCDE e a PORDATA, permitindo uma análise estatística da evolução das migrações.

Para os dados qualitativos, aplicou-se uma análise temática para identificar e interpretar os temas centrais emergentes nas entrevistas. As entrevistas foram codificadas em categorias temáticas, como "integração no mercado de trabalho", "discriminação de género", e "motivação para migrar". Essa abordagem permitiu uma compreensão mais aprofundada das experiências individuais das migrantes, bem como a comparação do período 2008-2019 com o anterior.

⁸ A Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA, I.P.), criada pelo Decreto-Lei n.º 41/2023, de 2 de junho, constitui um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira, com jurisdição e serviços desconcentrados sobre todo o território nacional, estando sujeito à superintendência e tutela do membro do Governo responsável pelas áreas da igualdade e das migrações.

Capítulo IV - Análise de dados

4.1 Análise quantitativa

Os dados apresentados são relativos a cidadãos residentes e não esgotam o universo de estrangeiros em Portugal. Estes dados referem-se apenas aos estrangeiros com estatuto de residente, ou seja, titulares de autorização de residência ou cartão de residência, conforme a legislação aplicável a cidadãos de países terceiros e a cidadãos comunitários e equiparados. Não se incluem, portanto, os cidadãos estrangeiros que permanecem regularmente em Portugal com vistos de trabalho, estudo ou estadia temporária, assim como aqueles que se encontram em situação irregular, uma vez que não existem dados referentes a estas situações.

Com a entrada em vigor da nova Lei dos Estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), foi concedida autorização de residência para o exercício de atividade profissional subordinada ao abrigo do artigo 88.º. A permanência legal deixou de ser um requisito para a concessão do direito de residência. Alinhada à crise económica de 2008, este ano marcou o início de uma crise económica global, que afetou gravemente muitos países, incluindo Portugal. São Tomé e Príncipe não é exceção à regra.

A exemplo de outros Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), São Tomé e Príncipe apresenta vulnerabilidades aos choques externos. Dessa forma, a crise económica também influenciou os padrões de imigração, alterando os fluxos migratórios e as características demográficas dos imigrantes de São Tomé e Príncipe, especificamente, nos impactos económicos e sociais.

No ano de 2008, foram registadas um total de 11.726 emissões de primeiros títulos de residência (Quadro 2, p. 22) para imigrantes oriundos de São Tomé e Príncipe, sendo 5.325 homens e 6.401 mulheres. Em comparação com o ano anterior, verifica-se um aumento de 10,34% face ao número de 2007, que registou um total de 10.627 entradas (Quadro 2, p. 22). O ano de 2008 representou uma nova etapa nos ciclos migratórios, sendo considerado o ponto de viragem nesta série temporal. De acordo com o Relatório Anual do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2008), o ano de 2008 apresenta-se como o marco zero de uma nova etapa do ciclo migratório.

A análise da evolução da população estrangeira residente em Portugal está intimamente ligada às mudanças legislativas. Observa-se que os aumentos significativos estão diretamente associados às reformas legais que, nesses mesmos períodos, permitiram a regularização de cidadãos estrangeiros. Esse fenómeno é claramente evidenciado pelos números absolutos e percentuais apresentados nos relatórios anuais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

No período anterior, entre 2000 e 2007, a imigração total de São Tomé e Príncipe para Portugal aumentou de 5.488 para 10.627. O crescimento foi observado tanto entre homens quanto entre mulheres, mas com uma predominância gradual das mulheres em relação aos homens, destacando-se a partir de 2001.

Nº de Imigrantes de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal, por sexo, entre 2008 e 2019			
ANO	H/M	H	M
2000	5488	2757	2731
2001	6230	3072	3158
2002	6890	3368	3522
2003	7313	3556	3757
2004	7928	3800	4128
2005	8274	3957	4317
2006	10761	5160	5601
2007	10627	5077	5550
2008	11726	5325	6401
2009	11484	5210	6274
2010	10495	4751	5744
2011	10518	4823	5695
2012	10376	4732	5644
2013	10304	4664	5640
2014	10167	4591	5576
2015	9546	4282	5264
2016	8968	4003	4965
2017	8605	3916	4689
2018	9153	4096	5057
2019	10241	4586	5655

Quadro 2 – Nº de Imigrantes de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal, por sexo, entre 2008 e 2019

Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

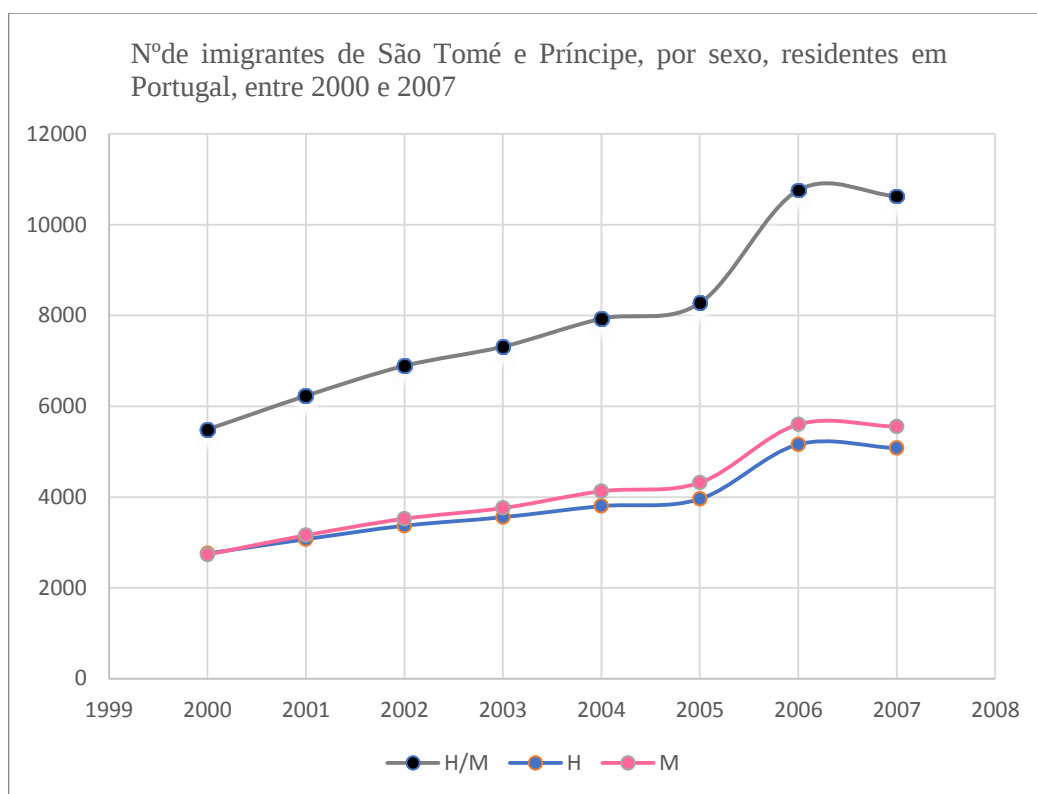


Figura 1 - Nº de imigrantes de São Tomé e Príncipe, por sexo, residentes em Portugal, entre 2000 e 2007

Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

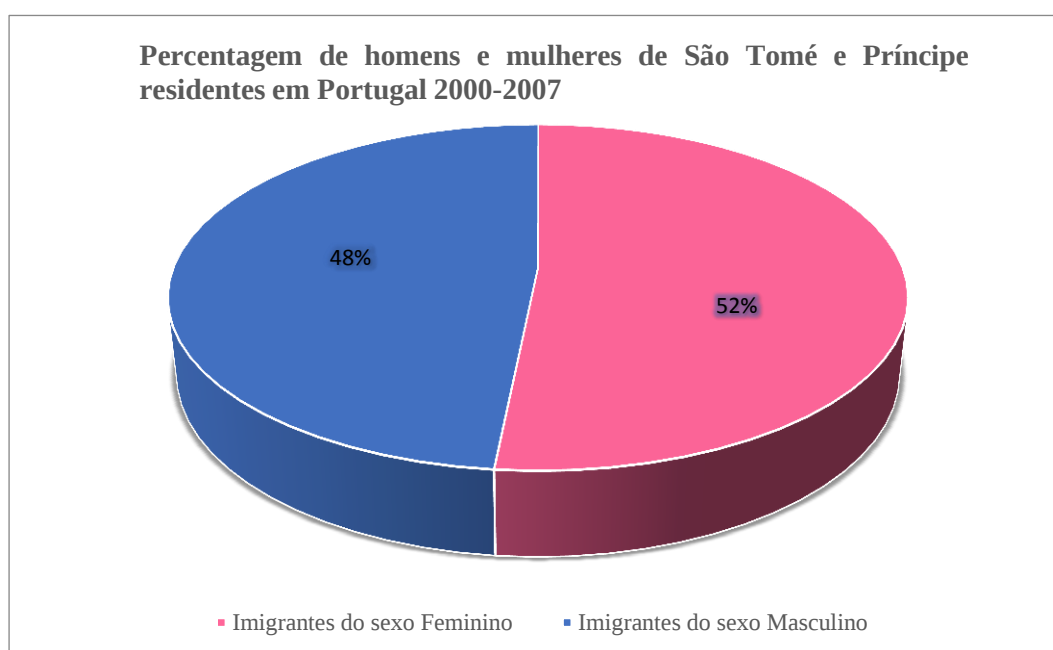


Figura 2- Percentagem de homens e mulheres de São Tomé e Príncipe residentes em Portugal 2000-2007

Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

A imigração de mulheres (M), no período 2000 até 2007 foi tendencialmente maior do que a de homens (H), com a exceção do ano de 2000, o único em que os homens tiveram uma ligeira superioridade numérica. Como é possível constatar no Quadro 2 (p. 22), na figura 1 (p. 23) e na figura 2 (p. 23), existe uma tendência constante de aumento da população feminina ao longo do período. Em 2008, a população total de imigrantes são-tomenses residentes em Portugal foi de 11.726, com 5.325 homens e 6.401 mulheres. Em 2019, a população total de imigrantes são-tomenses residentes em Portugal foi de 10.241, com 4.586 homens e 5.655 mulheres.

Durante este período, houve flutuações, mas a tendência de haver mais mulheres imigrantes do que homens permaneceu constante. O facto de São Tomé e Príncipe ser considerada uma sociedade matrifocal e a crise económica podem ter sido cruciais para a decisão de imigração, possivelmente motivando mais mulheres em busca de melhores oportunidades em Portugal, fazendo com que o número total de imigrantes são-tomenses residentes em Portugal atingisse uma percentagem de 52% de representação feminina entre 2000 e 2007.

Por outro lado, apesar do número total de imigrantes são-tomenses, do sexo feminino, residentes em Portugal atingir uma percentagem de 55%, uma diferença percentual positiva de, apenas 3% (figura 3, p. 24), a superioridade numérica do sexo feminino é muito mais acentuada e nítida neste período (figura 4, p. 25).

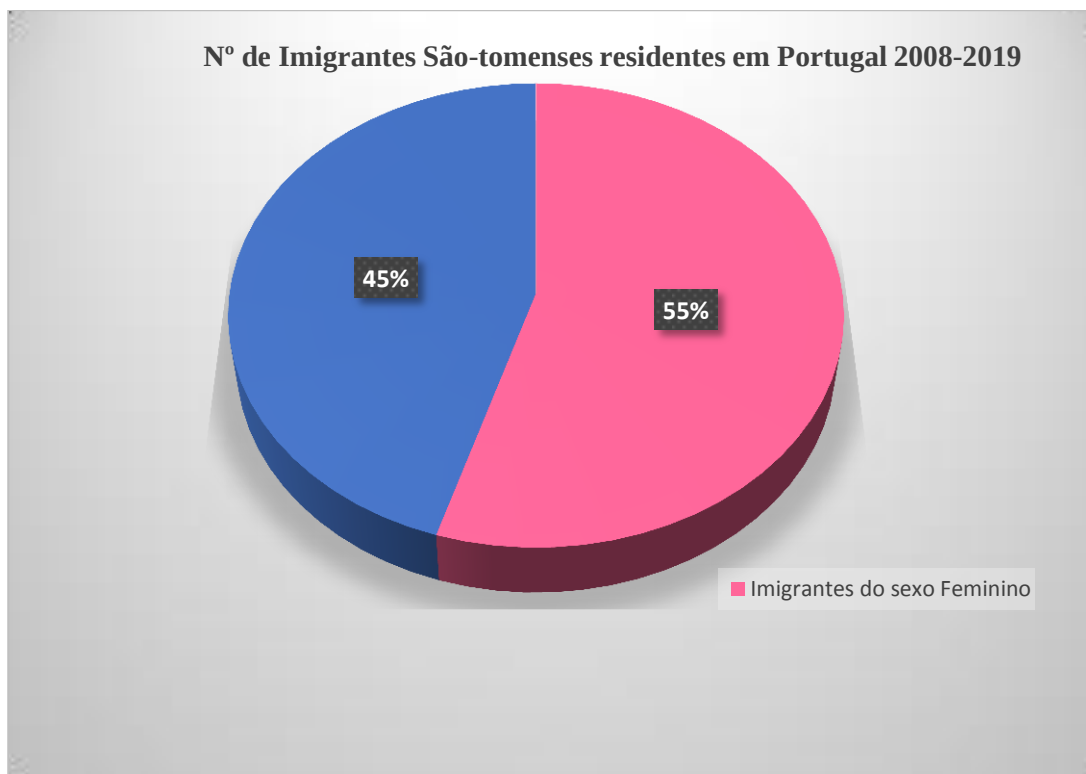


Figura 3 - Nº de Imigrantes São-tomenses residentes em Portugal 2008-2019

Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

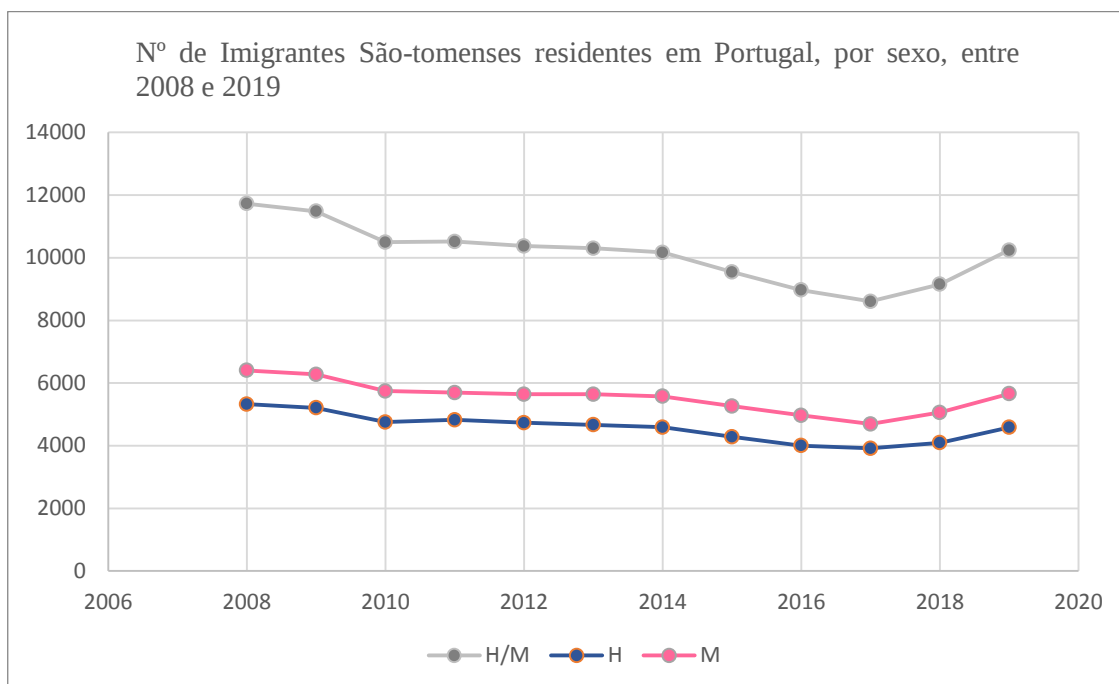


Figura 4 - Nº de Imigrantes São-tomenses residentes em Portugal, por sexo, entre 2008 e 2019
Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

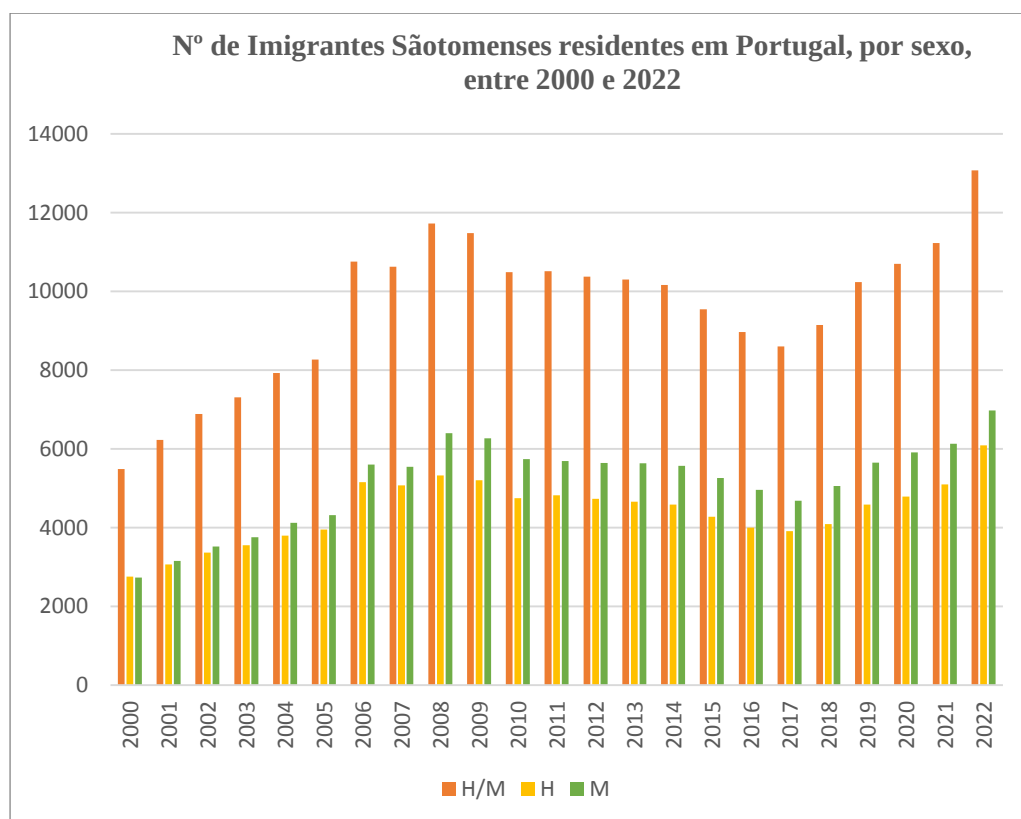


Figura 5- Nº de Imigrantes são-tomenses residentes em Portugal, por sexo, entre 2000 e 2022
Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis em: <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>

Os dados mostram que a imigração de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal aumentou entre 2008 e 2019 e essa tendência manteve-se após 2019 (figura 5, p. 26).

A crise económica de 2008, em conjunto com a entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei 23/2007, de 4 de julho), causou uma aceleração da percentagem de mulheres, mantendo-se com um leve aumento contínuo.

O ano de 2019 antecede a pandemia de COVID-19. Tendo em conta a emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial da Saúde a 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação do vírus como pandemia a 11 de março de 2020, acautela-se o isolamento profilático e aplicam-se restrições de entradas e saídas do território português, estas medidas tiveram um impacto significativo na mobilidade global e nas políticas de imigração. A crise pandémica trouxe novos desafios e mudanças nos padrões de imigração, mas o número de imigrantes femininas continuou a aumentar. A percentagem de mulheres entre os imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal manteve-se consistentemente acima dos 54%, indicando uma predominância feminina.

Embora os dados de 2008 a 2019 apontem para um aumento constante da imigração feminina de São Tomé e Príncipe para Portugal, com uma taxa de 55%, estes números, por si só, não conseguem capturar toda a complexidade do fenómeno da feminização da migração. Não se trata apenas de uma diferença percentual, que revela uma ligeira superioridade numérica feminina, mas sim das histórias,

das vivências e das emoções que transcendem as estatísticas. A verdadeira feminização da migração vai além dos números; ela reside nas experiências únicas de mulheres que, com coragem e determinação, deixam as suas terras em busca de um futuro diferente. A próxima secção mergulha nessas narrativas, explorando o lado humano desta transformação migratória.

4.2 Análise qualitativa

As mulheres imigrantes enfrentam inúmeros desafios ao longo do seu processo de migração e integração. Além das dificuldades legais, habitacionais, económicas e emocionais, lidam com responsabilidades que influenciam tanto as suas vidas pessoais como o papel que desempenham nas sociedades de origem e acolhimento. Logo, as estatísticas quantitativas, por si só, não são suficientes para demonstrar o importante lado não quantificável da feminização das migrações.

Foi com base na percepção de que algo mudou na postura das mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe que se deu início a este estudo. Como resultado de várias conversas e da convivência com mulheres são-tomenses, notei que, em comparação com períodos anteriores, as razões e as formas pelas quais essas mulheres migram mudaram. Elas passaram de acompanhantes de maridos para protagonistas das suas próprias trajetórias migratórias. Para investigar essas mudanças, realizei entrevistas com mulheres que chegaram a Portugal entre 2008 e 2019 e com outras que imigraram antes desse período. O objetivo foi comparar as experiências e entender se a feminização das migrações, como definida por diversos autores, pode ser explicada pela mudança de postura e objetivos das mulheres ao migrarem, bem como pelo modo como esse processo se desenrolou para elas.

4.2.1 Caracterizações sociodemográficas das entrevistadas

Em junho de 2024, entrevistei dez mulheres são-tomenses, residentes na área metropolitana de Lisboa. Seis mulheres que chegaram a Portugal entre 2008 e 2019 e quatro que chegaram em datas anteriores a esse período. Esta região foi escolhida de forma intencional, pois é uma das zonas de maior concentração de imigrantes são-tomenses em Portugal. As suas histórias apresentam uma visão multifacetada da imigração feminina de São Tomé e Príncipe ao longo das últimas décadas, evidenciando como as experiências migratórias mudaram com o tempo, mas também como alguns desafios persistem.

Nove das dez mulheres entrevistadas têm idades compreendidas entre 32 e 62 anos, com uma exceção de 76 anos, refletindo um grupo predominantemente de mulheres em idade ativa. A escolaridade varia entre o ensino básico e o décimo segundo ano, sendo que apenas duas têm formação superior. No que diz respeito ao estado civil, cinco são casadas, duas vivem em união de facto e três são solteiras. No momento da imigração, seis eram solteiras, uma era casada e duas viviam em união de facto, mas quatro destas mulheres contraíram matrimónio posteriormente em Portugal.

As histórias de vida destas mulheres são enriquecidas pela diversidade das suas experiências familiares. Quatro deixaram filhos em São Tomé e Príncipe ao imigrar, três imigraram sozinhas e outras três trouxeram os filhos consigo, mantendo sempre laços afetivos e financeiros com o país de origem. Os maridos de algumas permaneceram inicialmente em São Tomé e Príncipe, o que dificultou a adaptação e aumentou a pressão para enviar remessas regularmente. A rede de apoio desempenhou um papel crucial neste processo: familiares próximos, amigos e contactos com associações da comunidade são-tomense foram fundamentais para a receção e o suporte inicial, ajudando-as a encontrar alojamento, trabalho e a lidar com a burocracia.

Apenas duas das entrevistadas tinham emprego garantido antes de viajar para Portugal, o que resultou num início de vida marcado pela incerteza para as restantes, que se viram obrigadas a aceitar qualquer tipo de trabalho disponível. A maioria começou a trabalhar em setores informais e precários, como a limpeza, cuidados domiciliários e restauração. Apenas uma minoria conseguiu ingressar em empregos formais, com contrato e direitos assegurados. A instabilidade laboral, somada à falta de reconhecimento das suas qualificações, foi um obstáculo recorrente para a maioria.

As experiências das mulheres entrevistadas revelam uma transformação no processo de imigração. Dulve⁹, que imigrou para Portugal em 2017, enfrentou dificuldades associadas à regularização da sua situação, uma barreira comum para muitas imigrantes contemporâneas. Ela descreve o impacto emocional de deixar os seus filhos em São Tomé, dizendo: "Fiquei cerca de 3 anos sem ver os meus filhos. Mas agora eles estão comigo, estamos juntos na batalha." A distância e a luta para reunir a família foram desafios centrais na sua história, demonstrando a persistência necessária para garantir um futuro melhor para os filhos.

Já Adelina, que imigrou em 1972, enfrentou um contexto diferente. Ela recorda a sua chegada a Portugal numa época em que a comunidade africana era muito menor e menos visível. "Eu cheguei aqui e não vi ninguém igual a mim... Estava em Alverca e por três meses não encontrei outro preto," contou Adelina, destacando a solidão e o choque cultural inicial. Além disso, enfrentou um ambiente de trabalho rigoroso, sem folgas, em condições de grande exigência: "Cheguei às 5 da manhã e comecei logo a trabalhar, sem descansar. Não tinha folga, trabalhava todos os dias."

A comparação entre as mulheres que imigraram em diferentes períodos revela mudanças importantes. As que chegaram antes de 2008, como Adelina, enfrentaram um ambiente de discriminação racial explícita e maior isolamento, enquanto as mais recentes, como Dulve, lidam com a precariedade laboral e a dificuldade de regularização, mas encontram uma comunidade de imigrantes mais presente. No entanto, desafios como a necessidade de enviar remessas para São Tomé e a dificuldade em conciliar trabalho com a vida familiar são comuns a ambas as gerações.

As mulheres entrevistadas também partilharam as suas estratégias de superação. Dulve, por exemplo, enfrentou a precariedade laboral e a falta de documentação, trabalhando sem contrato

⁹ Alcinha de uma das entrevistadas, criada com o propósito de garantir o anonimato da mesma. Em todos os casos são usadas alcunhas ou primeiros nomes, exatamente, pelo mesmo motivo.

durante três anos. "Trabalhei como assistente domiciliar, mas sem contrato, e a empresa não declarava o que eu ganhava. Isso dificultou muito conseguir a documentação." Apesar dos obstáculos, ela persistiu, regularizou a sua situação e trouxe os filhos para Portugal, reunificando a família e abrindo um restaurante de comida típica de São Tomé.

Adelina, por sua vez, contou como, apesar de todas as dificuldades, conseguiu melhorar a sua vida e garantir uma educação para os filhos, mesmo enfrentando condições duras de trabalho. "Naquela época, nós trabalhávamos sem parar, mas consegui, com muito esforço, trazer os meus filhos para Portugal e dar-lhes uma vida melhor", refletiu, destacando as suas conquistas ao longo de mais de cinco décadas em Portugal.

As histórias das mulheres são-tomenses que imigraram para Portugal, tanto nas décadas de 1970 quanto nos anos mais recentes, mostram um processo contínuo de superação de desafios. Apesar de algumas barreiras mudarem com o tempo, a força e a resiliência dessas mulheres permanecem constantes, e o seu impacto nas suas famílias e comunidades é inegável.

4.2.2 Análise das entrevistas semiestruturadas

O tipo de entrevista que conduzi foi a entrevista semiestruturada, que, segundo Fortin et al. (2009), é “uma interação verbal animada de forma flexível pelo investigador” (p. 377). Como o próprio nome indica, este método envolve uma estrutura base pré-definida, na qual já tinha delineado os temas a serem abordados e uma lista de perguntas para cada tópico. Acredito que esta abordagem tenha sido a mais adequada para o meu estudo, pois permitiu padronizar as entrevistas, ao mesmo tempo que possibilitou a obtenção de respostas diversas para o mesmo formulário.

Essa flexibilidade foi fundamental para o meu objetivo, que era captar as diferentes perspetivas das mulheres que imigraram entre 2008 e 2019, em comparação com aquelas que imigravam em períodos anteriores. Assim, pude explorar as variadas abordagens e soluções que cada uma encontrou, além de identificar os pontos em comum entre suas experiências. A comparação entre estas duas faixas temporais foi crucial para compreender as transformações e continuidades na migração feminina. Desta forma, consegui aprofundar a compreensão do fenómeno em estudo. Esta metodologia foi crucial para captar a riqueza das experiências migratórias das mulheres entrevistadas, que compartilharam as suas histórias de forma livre e aberta.

A análise das entrevistas semiestruturadas permitiu aprofundar as experiências individuais das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe, destacando a importância de uma abordagem qualitativa para complementar os dados quantitativos. Embora os números indiquem uma tendência crescente de migração feminina, as narrativas dessas mulheres revelam nuances e motivações que os dados quantitativos não capturam plenamente.

A motivação para emigrar foi um ponto recorrente nas entrevistas, com várias mulheres a mencionar o desejo de melhorar as suas condições de vida, fugir de situações de instabilidade

económica ou social, ou procurar maior autonomia. Muitas entrevistadas relataram que a decisão de emigrar estava ligada à necessidade de sustentar a família.

Arminda, por exemplo, disse: "Tinha uma vida normal, mas o dinheiro que ganhava mal dava para suportar as despesas. Decidi que, se conseguisse junta médica, já não voltava." Josefa partilhou uma situação semelhante, e frisou: "Eu não estava empregada, fazia bolo e essas coisas. Quem me ajudava era minha irmã, que já estava cá, que mandava mensalmente X para ajudar com o menino. Queria ter uma vida melhor, trabalhar e criar o meu filho." A experiência de Xani acrescenta uma outra perspetiva, ao relatar: "Nós somos sete irmãos, de mesmo pai e mesma mãe, e uma das minhas irmãs já estava fora. Pronto, já tinha mais segurança. Minha família não tinha condições para pagar os estudos cá em Portugal, então eu vim trabalhar." Por outro lado, Adi referiu a sua vontade de emancipação, explicando: "Eu queria sair de São Tomé vir trabalhar para não depender do marido." Ana relatou: "Na altura, viajar para Portugal, era um luxo. Era uma bênção, saí de São Tomé e vinha sempre com aquela coisa de melhorar a vida e ajudar a família"

O papel das redes familiares e comunitárias foi fundamental para facilitar o processo migratório, especialmente no que diz respeito à ajuda financeira e emocional. Josefa, por exemplo, menciona como a sua irmã foi essencial ao pagar a passagem dela e do seu filho, afirmando: "Minha irmã não queria me ver nessa situação, ela pagou o bilhete de ida e volta." Da mesma forma, Di destacou a importância do apoio dos seus pais, que ficaram com os seus filhos durante a sua ausência: "Sim, tive muito apoio dos meus pais para vir. Deixei os dois filhos. Deixei o Lucrécio com dois anos, Pereira com um ano e nove meses."

Iza também referiu o apoio crucial que recebeu da sua família, nomeadamente dos tios, para concretizar o seu desejo de emigrar: "O meu desejo era vir para cá para trabalhar, mas não tinha possibilidades. Entretanto fiquei muito doente e consegui uma junta médica." Vanda, por sua vez, expressou que, apesar das dificuldades iniciais, como a adaptação a empregos de menor prestígio, sentiu-se bem integrada em Portugal graças ao suporte familiar: "No início, foi uma decisão difícil, eu sempre vivi em São Tomé, vinha sempre a Portugal de férias, fazer consultas, e nunca com aquela coisa de ficar, mas, graças a Deus, tinha as minhas irmãs e a mãe cá."

Os depoimentos das entrevistadas evidenciam os desafios enfrentados no processo de integração em Portugal, nomeadamente exploração laboral, racismo e precariedade. Josefa, por exemplo, falou sobre as dificuldades que enfrentou ao trabalhar sem descontos para a segurança social, referindo: "Ela não descontava para a segurança social, e a casa era grande, eu fazia tudo. Desisti do trabalho." Iza, apesar de ter concluído a sua formação em contabilidade, também relatou obstáculos significativos para encontrar um emprego compatível com as suas qualificações, destacando o racismo como um dos principais problemas: "É complicado... Existe a situação do racismo também. Eles não vêem as nossas qualificações, muitas vezes só vêem a cor da pele."

Além disso, Iza sublinhou a importância de conhecer os direitos laborais e a dificuldade que muitas mulheres enfrentam devido ao receio de perder os seus empregos, afirmando: "É um medo de

queixar, de perder o emprego. Como têm medo, calam-se, e como se calam, estão sujeitas a várias coisas que acontecem. Isso não pode acontecer. É um medo, é um medo que as pessoas têm. Di afirma: "Trabalhava domingo a domingo, mas no domingo eu saía a uma de tarde, tinha que estar em casa dos patrões antes da hora do jantar para servir o jantar."

Outro ponto relevante é a contínua ligação das mulheres migrantes com o seu país de origem, evidenciada pelo envio de remessas e pela manutenção de tradições culturais. O envio de dinheiro para as famílias em São Tomé mostra a importância dessas contribuições para a economia local. Isa, por exemplo, salienta: "A remessa faz muito peso na vida dos nossos familiares em São Tomé, porque a vida lá está muito cara." Daniela reforça este ponto, afirmando: "Eu estando cá a trabalhar, como já disse, a nível financeiro, normalmente estou mais estável também, consigo ajudar e apoiar a minha família."

Ana também partilhou a forma como apoiou os seus pais enquanto estavam vivos: "Quando tinha os pais em vida, nunca os deixei desamparados. Ajudei a desfazer, a casa da minha mãe, construí outra nova de raiz para dar mais condições, em termos de conforto e isso."

Além do envio de remessas, a preservação das tradições culturais é outro elo forte com São Tomé e Príncipe. Dulve sublinha essa ligação, explicando: "Eu continuo com os mesmos hábitos, com a minha tradição. Aqui eu faço o que fazia em São Tomé: oiço música de São Tomé, faço o meu calulu, tudo, tudo."

Um dos pontos centrais revelados nas entrevistas foi o aumento da autonomia feminina no processo migratório. Muitas das mulheres entrevistadas migraram sozinhas, sem a companhia dos seus maridos ou companheiros, o que reflete uma mudança significativa nos padrões tradicionais de migração. Adi, por exemplo, ilustra essa nova independência ao afirmar: "Eu faço tudo pelos meus filhos sozinha, sem a ajuda de ninguém."

Josefa também demonstra o poder de resiliência e superação das mulheres ao partilhar: "Eu sacrifiquei muito, sozinha lutei na doença, contra tudo... meu filho acompanhou-me em tudo... hoje é um homem, um engenheiro informático, eu posso dizer, tenho muito orgulho."

Xani, por sua vez, evidencia a transformação no perfil da mulher migrante, destacando a busca por mais do que apenas estabilidade financeira. O seu testemunho revela o desejo de qualificação e superação de desafios: "Eu trabalhava e estudava, tinha a experiência da vida laboral, mas quis mais que isso, quis ter um certificado que desse mais credibilidade ao meu trabalho."

Os testemunhos recolhidos corroboram a teoria da feminização da migração, onde as mulheres são frequentemente empurradas para empregos informais e mal remunerados.

Adicionalmente, as redes de apoio, mostram-se fundamentais no processo migratório feminino, demonstrando a importância das redes informais. Estes fenómenos reflete a feminização das migrações, em que as mulheres não só emigram, como também tornam-se responsáveis pela manutenção dessas redes de apoio no país de origem e de destino.

Esses depoimentos mostram que a migração feminina vai além da simples deslocação de pessoas. Trata-se de um processo que redefine os papéis de género e questiona as noções tradicionais de dependência e autonomia, destacando-se como uma das principais mudanças que ocorreram ao longo dos últimos anos.

A feminização da migração de mulheres são-tomenses para Portugal nos últimos anos reflete uma mudança significativa no papel da mulher no fenómeno migratório. Essas mulheres deixaram de ser vistas apenas como acompanhantes dos seus maridos, assumindo papéis de liderança nos seus próprios percursos. Estes envolvem um conjunto de experiências e desafios complexos, marcados por questões de género, origem e condições laborais. A ausência de dados desagregados inicialmente limitou a compreensão do fenómeno em termos quantitativos, mas hoje, é possível observar como essa mudança transformou o cenário migratório e as políticas que o cercam. Ele está profundamente ligado às questões sociais, políticas e económicas que afetam as mulheres em particular, moldando os seus percursos de vida de forma única. Além disso, sublinha-se a importância de políticas migratórias que reconheçam as especificidades de género e que sejam capazes de responder às necessidades específicas das mulheres migrantes.

Embora sempre tenha havido mulheres a migrar, nos últimos anos observou-se uma mudança significativa no papel que elas assumem nos seus próprios processos migratórios. Antes, muitas migravam como acompanhantes dos maridos, inseridas num contexto de dependência familiar. No entanto, em períodos mais recentes, nota-se que um número crescente de mulheres começou a migrar de forma mais independente, motivadas por razões económicas e profissionais, e assumindo o papel de provedoras das suas famílias. As mulheres são-tomenses, nesse contexto, passaram a adotar uma postura mais proativa, enfrentando diretamente os desafios económicos, laborais e sociais. No entanto, estas observações ainda carecem de um estudo mais abrangente e aprofundado para serem confirmadas, pois as entrevistas realizadas neste estudo não são suficientes para generalizar esta transformação como um fenómeno estabelecido.

4.2.3 Observação direta

Segundo Silva e Fossá (2015),

“Esse tipo de observação ocorre quando o pesquisador está presente fisicamente, monitorando os acontecimentos. Como vantagem, essa técnica se apresenta muito flexível, pois permite registar os eventos assim que ocorrem. O pesquisador também é livre para trocar de lugar, mudar o foco das observações ou concentrar-se em fatos inesperados, além de permitir a comparação entre as informações recebidas das pessoas pesquisadas e a própria realidade” (p. 7).

No contexto deste estudo, um dos obstáculos foi o facto das inibições das entrevistadas, por vezes, terem causado algumas limitações na disposição que tinham para partilhar informação detalhada.

Nomeadamente, a insegurança em relação ao seu anonimato, o que pode ter levado as participantes a reter algumas informações importantes. Dessa forma, optou-se também pela técnica de recolha de dados através da observação direta, de forma natural e participativa, complementando as entrevistas semiestruturadas. Dada a sua natureza, a observação não foi conduzida por um guião rígido de observação. A utilização combinada de observação e entrevista permite complementar as informações recolhidas, proporcionando um conjunto de dados mais ricos sobre o tema em análise.

Como refere Miranda, R. J. P. (2009), “os dados revelados na entrevista podem ainda complementar as informações recolhidas na observação direta por parte do investigador” (p. 68). Miranda, R. J. P. (2009), refere também que, “ao proceder-se à comparação de dados obtidos pela entrevista com os dados resultantes da observação direta por parte do investigador, confere-se a esta fiabilidade, no caso de se verificar concordância nos mesmos” (p. 69).

Durante o meu estudo, procedi a uma observação direta de uma das sessões de apoio jurídico na sede da Mén Non, situada na Rede R DIBC Lisboa¹⁰. As sessões realizam-se todas as quartas-feiras com o devido agendamento prévio através o email: cidadania.mennon@gmail.com. A criação deste gabinete de apoio jurídico, em março de 2024, surgiu como uma resposta ao crescente número de mulheres migrantes que procuravam a ajuda da associação, especialmente graças à implementação da AR CPLP¹¹ pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras em 13 de março de 2023, que consequentemente aumentou o número de pedidos de apoio por parte destas mulheres. Este aumento reflete uma transformação no perfil das migrantes, que passaram a procurar ativamente apoio para a sua regularização e integração em Portugal, um fenómeno alinhado com a feminização das migrações, onde as mulheres, em vez de dependentes, tornam-se líderes nas suas próprias trajetórias migratórias.

Durante a sessão são dados apoios a nível de documentação no âmbito da regularização de mulheres recém-chegadas a Portugal em situação de vulnerabilidade, direitos e deveres, relações trabalhistas, direito da família e do consumidor, entre outros.

As observações registadas durante a sessão encontram-se no Anexo B (p. 55), entretanto aqui apresento as principais conclusões retiradas. Como podemos constatar na análise quantitativa apesar da situação adversa causada pela pandemia COVID-19 o número de imigrantes femininas continuou a aumentar, o que incentivou a associação no âmbito do projeto de apoio e cidadania, a criar em março de 2024 o Gabinete de Apoio Jurídico. Uma vez que possuo o conhecimento e qualificações específicas nesta área, adquiridas durante o desempenho das minhas funções profissionais, pude como associada da Mén Non acompanhar e observar o arranque do projeto.

A observação revelou desafios significativos que essas mulheres enfrentam, como a vulnerabilidade emocional e o receio de exposição ao discutirem questões legais, especialmente relacionadas ao trabalho precário e mal remunerado. Além disso, muitas delas apresentaram

¹⁰ Rua do Rio Cávado, 3 Bairro Padre Cruz em 1600-702 Lisboa.

¹¹ Autorização de Residência em Território Nacional para Cidadãos Nacionais de Países da CPLP (AR CPLP)

dificuldades em compreender a linguagem técnica dos termos jurídicos, o que reflete a importância de um acompanhamento mais sensível às suas necessidades.

No entanto, também foram observadas dinâmicas de solidariedade entre as participantes. O ambiente criado pela Mén Non não se limita ao apoio técnico, mas promove igualmente redes informais de suporte entre as mulheres. Esse tipo de apoio mútuo reflete uma mudança importante nas trajetórias das migrantes, que agora se mostram mais proativas na busca por soluções para os seus problemas. As redes de apoio informal entre as migrantes são muitas vezes essenciais para a sua resiliência, sendo um exemplo claro de como as mulheres migrantes, hoje mais independentes, constroem novas formas de enfrentar os desafios da imigração.

Embora tenha sido possível realizar apenas uma observação, os dados recolhidos sugerem que as mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe, agora mais conscientes dos seus direitos e das suas responsabilidades, procuram formas mais diretas de se integrarem e se regularizarem em Portugal. Este comportamento proativo contrasta com o perfil mais passivo de dependência familiar observado em períodos anteriores, reforçando a ideia de que, nos últimos anos, as migrantes têm assumido um papel mais ativo na gestão das suas vidas e carreiras em Portugal. Este tipo de observação corrobora a relevância da feminização das migrações, com as mulheres a assumir um protagonismo crescente nas suas trajetórias.

A triangulação de dados obtida deste modo é fundamental. Miranda, R. J. P. (2009), afirma também que a triangulação tem a finalidade de convergir os dados recolhidos, para verificar a consistência das informações, tendo como base as diversas fontes utilizadas (p. 69).

Capítulo V - Considerações finais

5.1 Síntese dos principais resultados

Este estudo procurou analisar as dinâmicas da feminização das migrações de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal, com foco no período entre 2008 e 2019. Através da combinação de análise quantitativa e qualitativa, exploraram-se as principais motivações que impulsionaram essas mulheres a emigrar, os desafios que enfrentaram ao longo do processo migratório e os impactos dessa experiência nas suas vidas pessoais e familiares. As conclusões que se seguem refletem uma síntese dos resultados obtidos, realçando as mudanças no perfil migratório feminino, as dinâmicas de integração laboral e social em Portugal, e as redes de apoio que foram cruciais para o sucesso desta jornada. Este capítulo tem como objetivo destacar as principais aprendizagens e implicações da pesquisa, abrindo caminho para uma reflexão mais ampla sobre o empoderamento feminino e a transformação cultural associada à feminização das migrações.

As principais motivações para a imigração incluíram a busca por melhores oportunidades de emprego, e a melhoria das condições de vida. Muitas mulheres relataram a esperança de proporcionar um futuro melhor para si mesmas e para os seus filhos.

As entrevistadas enfrentaram diversos desafios, incluindo dificuldades na adaptação ao mercado de trabalho, discriminação racial e de género. Além disso, muitas relataram barreiras burocráticas no acesso aos serviços jurídicos, segurança social e regularização documental.

Foi evidente a importância das redes de apoio formadas entre as mulheres migrantes. As participantes frequentemente contavam com o suporte de outras mulheres da comunidade, que ofereciam ajuda prática e emocional. Este apoio informal foi crucial para lidar com os desafios da migração e integrar-se na sociedade portuguesa.

A migração teve impactos significativos tanto a nível pessoal como familiar. Muitas mulheres expressaram saudade e preocupação com a separação dos seus filhos e familiares em São Tomé e Príncipe. No entanto, também destacaram o fortalecimento dos laços familiares por meio do envio de remessas e a construção de uma nova rede de suporte em Portugal.

A integração no mercado de trabalho e na sociedade portuguesa não foi tarefa fácil para estas imigrantes. Enquanto algumas mulheres conseguiram estabelecer-se profissionalmente e adaptar-se com sucesso, outras enfrentaram dificuldades contínuas. A falta de reconhecimento das qualificações obtidas em São Tomé e Príncipe e a dificuldade em encontrar empregos estáveis e bem remunerados foram obstáculos significativos.

A análise das entrevistas ilustra claramente a experiência migratória feminina, neste caso, para mulheres de São Tomé e Príncipe. Embora enfrentem desafios substanciais, elas demonstram resiliência e criatividade em construir redes de apoio e superar barreiras. O estudo destaca a necessidade de políticas mais inclusivas e serviços de apoio adequados que reconheçam e respondam às necessidades específicas das mulheres migrantes.

A migração de mulheres tem impactos nas sociedades de origem, tanto positivos como negativos. Por um lado, a remessa de dinheiro e apoio financeiro às famílias é crucial. Por outro lado, a partida de mulheres pode criar desafios sociais, como a falta de cuidadoras para crianças e idosos.

O acesso à educação e oportunidades económicas é fundamental para o empoderamento das mulheres migrantes. Isso não apenas melhora as suas perspetivas pessoais, mas também contribui para as economias de ambos os países de origem e destino, retirando-as da invisibilidade.

Neste sentido há que responder às questões que se seguem. Que fatores motivaram a migração de mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal entre 2008 e 2019? E de que modo estas experiências revelam as transformações sociais e culturais associadas à feminização das migrações? Comparando o período entre 2008 e 2019 com os anos anteriores, pode-se observar algumas mudanças? Que diferenças podem ser identificadas?

A migração é frequentemente vista como uma oportunidade para as mulheres melhorarem as suas vidas, especialmente quando enfrentam dificuldades nos seus países de origem. Muitas mulheres migraram em busca de melhores oportunidades económicas. Isso pode envolver a busca de empregos mais bem remunerados em Portugal, a fim de sustentar as suas famílias em São Tomé e Príncipe. Tem a ver, também, com o acesso a educação e formação mais qualificada na perspetiva de evoluir nas carreiras, tanto para si como para os seus filhos. A fuga da instabilidade política ou social, bem como a busca por acesso a serviços de saúde, desafios na sociedade de origem e a crise financeira internacional de 2008, estão entre as motivações para a migração da mulher são-tomense entre 2008 e 2019.

A análise da evolução da população feminina migrante de São Tomé e Príncipe para Portugal entre 2008 e 2019 implica ter em consideração diversos fatores, nomeadamente a evolução legislativa, como a entrada em vigor da nova lei de estrangeiros (Lei n.º 23/2007, de 4 de julho), no âmbito das reformas legislativas da lei da imigração no país de destino ocorridas nos últimos anos, as relações históricas e culturais entre São Tomé e Príncipe e Portugal, entre outros. Assim, a avaliação da feminização das migrações deverá considerar todos os aspetos que influenciam a realidade migratória, bem como os elementos que permitem a caracterização da população estrangeira residente em Portugal.

Entre os anos de 2000 e 2007, a migração de São Tomé e Príncipe para Portugal apresentou uma tendência de crescimento, com uma predominância crescente de mulheres. Em 2000, o número de imigrantes era relativamente equilibrado entre os sexos, com 2.757 homens e 2.731 mulheres, mas a partir de 2001, as mulheres começaram a superar os homens, refletindo a natureza matrifocal da sociedade são-tomense e os impactos da crise económica no arquipélago. No final deste período, em 2007, o número de imigrantes são-tomenses residentes em Portugal atingiu um total de 10.627, sendo 5.550 mulheres (52% da população) e 5.077 homens (48%). A partir de 2008, nota-se uma transformação mais marcante no perfil migratório. Nesse ano, houve um aumento significativo de imigrantes, totalizando 11.726, com uma maior diferença percentual entre os sexos: 6.401 mulheres

(55%) e 5.325 homens (45%). Este padrão manteve-se ao longo da década seguinte, e em 2019, as mulheres continuaram a representar a maioria, com 5.655 imigrantes (55%) em relação aos 4.586 homens (45%).

A análise comparativa revela uma mudança gradual, mas consistente, na predominância das mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe, acentuando-se entre 2008 e 2019, quando as mulheres se estabeleceram como a maioria numérica na imigração para Portugal.

Entre 2008 e 2019, observou-se uma transformação notável no perfil da migração das mulheres de São Tomé e Príncipe para Portugal. Anteriormente, muitas mulheres migravam predominantemente como acompanhantes dos seus maridos, refletindo uma dinâmica familiar tradicional. No entanto, nesse período, começou a estabelecer-se uma tendência de migração mais autónoma, com as mulheres a assumirem um papel mais ativo e independente, muitas vezes como provedoras das suas famílias. Esta mudança também foi acompanhada por uma diversificação nas motivações que impulsionavam a migração. Enquanto antes o reagrupamento familiar e as razões familiares dominavam as decisões de migração, entre 2008 e 2019 houve um aumento no número de mulheres que emigravam em busca de melhores oportunidades de trabalho e educação, motivadas pelo desejo de alcançar uma maior independência económica. Paralelamente, houve também uma mudança no tipo de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho. Se em períodos anteriores muitas encontravam-se limitadas a trabalhos informais e não qualificados, com o passar do tempo, e especialmente no contexto de políticas de inclusão mais robustas em Portugal, algumas começaram a aceder a setores de emprego mais diversificados. No entanto, áreas como o trabalho doméstico e o cuidado continuaram a representar uma fatia significativa das oportunidades de emprego para essas mulheres, refletindo ainda uma segmentação do mercado de trabalho com base no género.

Em suma, este estudo evidenciou a transformação no perfil das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe para Portugal entre 2008 e 2019, destacando a transição de uma migração predominantemente familiar para uma mais autónoma e centrada na busca por independência económica. As mulheres, movidas por condições socioeconómicas desafiadoras no seu país de origem, revelaram resiliência ao enfrentar obstáculos no mercado de trabalho, discriminação e barreiras institucionais. Ao mesmo tempo, as redes de apoio entre mulheres migrantes foram fundamentais para a superação dessas dificuldades, refletindo uma dimensão coletiva de resistência e solidariedade. A análise conjunta dos dados quantitativos e qualitativos permitiu compreender as motivações e experiências por detrás dos números, sublinhando a importância de políticas públicas que considerem as necessidades específicas das mulheres migrantes. A feminização da migração, portanto, vai além de uma mera mudança estatística, envolvendo profundas implicações sociais e culturais que impactam tanto as sociedades de origem quanto as de destino, abrindo caminhos para uma maior equidade de género e emancipação feminina no contexto migratório.

5.2 Sugestão para pesquisas futuras

Este estudo preenche uma lacuna na literatura sobre migrações, explorando as experiências das mulheres de São Tomé e Príncipe em Portugal e oferecendo um panorama das suas motivações, desafios e impactos no contexto da feminização das migrações. No entanto, várias questões surgem a partir desta análise, apontando para áreas que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras.

Uma das sugestões mais relevantes seria o estudo do impacto da feminização das migrações nas gerações futuras nos países de acolhimento. É importante investigar como os descendentes dessas mulheres, muitas vezes nascidos no país de acolhimento, lidam com questões de identidade, pertença e integração. Muitos destes jovens enfrentam desafios relacionados à sua identidade cultural, não se identificando plenamente com o país de acolhimento, ao mesmo tempo que desconhecem, ou têm pouco contato, com o país de origem das suas mães. Compreender as vivências destes descendentes poderia trazer uma visão mais profunda sobre as dinâmicas interculturais e o impacto do legado migratório nas novas gerações, contribuindo para uma análise mais abrangente das consequências a longo prazo da feminização das migrações.

Além disso, seria relevante estudar o papel destes descendentes na economia dos países de acolhimento. Muitos deles, criados num ambiente de resiliência e superação, podem desempenhar um papel crucial na edificação e desenvolvimento económico das sociedades onde nasceram e cresceram. Assim, pesquisas futuras poderiam explorar de que forma estes descendentes têm contribuído para os mercados de trabalho, inovação e empreendedorismo, trazendo uma perspetiva mais completa do impacto socioeconómico das migrações femininas ao longo das gerações.

Outro caminho interessante para futuras pesquisas seria explorar o impacto da feminização das migrações nas mulheres que permanecem em São Tomé e Príncipe. Com a maior independência e proatividade demonstradas pelas mulheres migrantes, seria relevante investigar se esse fenómeno teve repercussões nas dinâmicas sociais e culturais do país, particularmente em relação às mulheres que não migraram. Um estudo focado em compreender se essas transformações influenciaram a forma como as mulheres em São Tomé e Príncipe percebem o seu papel na sociedade, nas suas relações familiares e no mercado de trabalho, poderia trazer novas luzes sobre as possíveis mudanças da percepção de «género» no país. A feminização das migrações, ao tornar visível a capacidade de liderança e autonomia das mulheres migrantes, pode ter gerado novos modelos de comportamento ou expectativas entre as mulheres que ficaram, criando potenciais mudanças nas estruturas sociais e culturais de São Tomé e Príncipe.

Outro caminho promissor para futuras pesquisas seria uma análise comparativa entre as experiências de mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe e as de outros países africanos e de outras regiões do mundo. Estudar as diferentes dinâmicas migratórias femininas em contextos variados pode proporcionar uma compreensão mais alargada sobre os padrões migratórios e as interseções entre género, migração e desenvolvimento. Comparações com comunidades que enfrentam desafios

semelhantes ou distintos podem iluminar particularidades da experiência são-tomense, enquanto revelam tendências globais na feminização das migrações.

Por fim, seria de grande valor aprofundar o estudo das redes de apoio formadas entre as mulheres migrantes. Estas redes, muitas vezes informais, desempenham um papel fundamental no processo de integração e na superação dos desafios da migração. Pesquisas futuras poderiam investigar em detalhe como estas redes se organizam, evoluem e contribuem para o empoderamento económico e social das mulheres, tanto no país de acolhimento quanto nas suas comunidades de origem.

Assim, as pesquisas futuras podem explorar estas novas vertentes, ampliando o conhecimento sobre a feminização das migrações e oferecendo novas perspetivas sobre os impactos sociais, culturais e económicos deste fenómeno em evolução.

6. Referências bibliográficas

- Agrawal, A., Kapur, D., McHale, J., & Oettl, A. (2011). Brain drain or brain bank? The impact of skilled emigration on poor-country innovation. *Journal of Urban Economics*, 69(1), 43-55. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2010.06.003>
- Almeida, L. M., & Caldas, J. (2012). Ser imigrante, ser mulher, ser mãe: Diáspora e integração da mulher São-tomense em Portugal. Em *Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica* (pp. 287-302). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Estudos Africanos.
- Alto Comissariado para as Migrações. (2023, 13 de março). Autorização de residência em território nacional para cidadãos nacionais de países da CPLP (AR CPLP). Disponível em: <https://www.acm.gov.pt/-/ar-cplp>. Consultado em 13 de outubro de 2024.
- Assis, G. D. O. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: Gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, 15, 745-772. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>
- Avillez, R. (2015, 23 de fevereiro). Mulheres de São Tomé e Príncipe entre a família e a carreira profissional. DW. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mulheres-de-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-entre-a-fam%C3%ADlia-e-a-carreira-profissional/a-18265431>. Consultado em 12 de dezembro de 2024.
- Barakat, N. J. D., Santos, I. D. C., & Amaral, A. P. M. (2022). Migração internacional feminina: motivações e proteção jurídica. *Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais*, II(36).
- Bureau Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho. (2008, 18 de dezembro). Trabalhadoras e trabalhadores migrantes: Alcançar a igualdade de direitos e de oportunidades. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200624STO81906/explorar-as-razoes-da-migracao-porque-e-que-as-pessoas-migram>. Consultado em 06 de maio de 2024
- Bonfim, J. D. S. (2000). *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra].
- Botero Rodriguez, M. P., Demarchi Villalón, C. E., & Medeiros de Castro, C. (2019). A feminização das migrações: Uma análise sobre as categorias de análise. Em *VII Simpósio de Pesquisa sobre Migrações* (pp. 58-61). DIASPOTICS. UFRJ.
- Cardoso, M. (2015). Migrações e estratégias de desenvolvimento dos pequenos estados insulares em desenvolvimento: Estudos de caso: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. *Cadernos de Estudos Africanos*, (29), 103-128. <https://doi.org/10.4000/cea.1804>
- Castles, S., Miller, M. J., & Ammendola, G. (2005). *The age of migration: International population movements in the modern world* (3ª ed.). The Guilford Press.
- Chambel, M. B. (2022). *Dêxa Puíta Sócó (m) pé: Música em São Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Costa, M. M. M. da, & Schwin, S. A. (2018). Qual o lugar das mulheres no mundo? O peso dos estereótipos de gênero sobre as mulheres migrantes e refugiadas. *NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC*, 38(2), 117-131.

- Cruz, G. S. P. D. V. (2014). *A democracia em S. Tomé e Príncipe, instabilidade política e as sucessivas quedas dos governos* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior].
- De Haas, H., Castles, S., & Miller, M. J. (2019). *The age of migration: International population movements in the modern world* (6ª ed.). Bloomsbury.
- Direção-Geral da Comunicação do Parlamento Europeu. (2020, 1 de julho). Explorar as razões da migração: Porque é que as pessoas migram? Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/topics/pt/article/20200624STO81906/explorar-as-razoes-da-migracao-porque-e-que-as-pessoas-migram>. Consultado em 03 de maio de 2024.
- Espirito Santo, A. (2015). *Emigração e os pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento: Os casos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe* (CEsA Working Paper No. 134). CEsA - Centre for African and Development Studies. <https://ideas.repec.org/p/cav/cavwpp/wp134.html>
- Eurocid. (2022, dezembro). Imigração e emigração em Portugal. Disponível em: <https://eurocid.mne.gov.pt/artigos/imigracao-e-emigracao-em-portugal>. Consultado em 22 de janeiro de 2023.
- Fortin, M. F., Côte, J., & Filion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Fundação Mário Soares. (1965, 6 de outubro). *II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Dar-es-Salam*. https://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt
- Gomes, N. (2017). *A mulher estrangeira na população residente em Portugal* (Vol. 1). Observatório das Migrações, ACM, IP.
- Graça, C. (2011). *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. UNEAS, União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses.
- Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: O planeamento em ciências sociais*. Principia.
- Houstoun, M. F., Kramer, R. G., & Barrett, J. M. (1984). Female predominance in immigration to the United States since 1930: A first look. *International Migration Review*, 18(4), 908-963. <https://doi.org/10.1177/019791838401800403>
- Jerónimo, P. (2019). Feminização das migrações internacionais e confluência de fatores de vulnerabilidade na condição das mulheres migrantes. *Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CIIDH)*, 37-62. <https://hdl.handle.net/1822/79497>
- Kvale, S. (2009). *Interviews: Learning the craft of qualitative research interviewing*. Sage.
- | Levitt, P., & Lamba-Nieves, D. (2011). Social remittances revisited. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 37(1), 1-22. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2011.521361>
- Lopes, C. S. S. (2011). *Mulheres imigrantes em Portugal: Vivências e percursos migratórios das mães solteiras cabo-verdianas* [Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior]. Disponível em <https://www.proquest.com/openview/2173673ce7147bcf68026eb2263d5d76/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>.

- López, E., Guizardi, M., Torralbo, H. G., Magalhaes, L., & Araya, I. (2022). Cuidados y migración: Una guía de lecturas. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, 6(2).
- Lorenzato, S. (2006). *Investigação em educação matemática: Percursos teóricos e metodológicos*. Autores Associados.
- Lutz, H. (2010). Gender in the migratory process. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 36(10), 1647–1663. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2010.489373>
- Malheiro, D. (2017, 4 de agosto). As condicionantes de nascer/ser mulher na sociedade São-Tomense. *Téla Nón*. Disponível em: <https://www.telanon.info/suplemento/opiniao/2017/08/04/24981/as-condicionantes-de-nascerser-mulher-na-sociedade-sao-tomense/>. Consultado em 20 de setembro de 2024.
- Marinucci, R. (2007). Feminização das migrações. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 15(29), 1-14.
- Marinucci, R. (2015). Mulheres, migrantes e muçulmanas: Percursos de discriminação e empoderamento. Em A. M. Nogales & T. Botega (Eds.), *Políticas migratórias e paradoxos da globalização* (pp. 189-207). EdIPUCRS; CSEM.
- Marques, J. C., & Góis, P. (2012). *A emergência das migrações no feminino*. Principia Editora.
- Martínez Pizarro, J. (2003). *El mapa migratorio de América Latina y el Caribe, las mujeres y el género*. Celade.
- Matos, D. S. (2018). *Um registo da história: A primeira república santomense através do Jornal Revolução* [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/18571>
- McAuliffe, M., & Khadria, B. (2020). Report overview: Providing perspective on migration and mobility in increasingly uncertain times. *World Migration Report*, 2020(1).
- Miranda, J. (2009). *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida* (Vol. 35). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Miranda, R. J. P. (2009). *Qual a relação entre o pensamento crítico e a aprendizagem de conteúdos de ciências por via experimental? Um estudo no 1º ciclo* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa].
- Nascimento, A. (2012). O associativismo feminino são-tomense em Lisboa: Uma questão de género? *Cadernos de Estudos Africanos*, (24), 117-139. <https://doi.org/10.4000/cea.650>
- Nascimento, A. (2011). O meio insular, a emigração e a diáspora são-tomenses. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, (24), 257–272.
- Neves, A. S. A. D., Nogueira, M. D. C. O. C., Topa, J. B., & Silva, E. G. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: Uma análise de género. *Estudos de Psicologia*, 33(4), 723-733.
- Nolasco, C. (2016). Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias. *Oficina do CES*, 434, 1-29.
- Organização das Nações Unidas. (2019, 27 de novembro). Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>. Consultado em 15 de junho de 2024.

- Organização Internacional para as Migrações (OIM). (2009). *Direito Internacional da Migração: Glossário sobre Migração*. (22ª Edição, ISSN 2075-2687). Disponível em: <<http://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>>. Consultado em 10 de junho de 2024.
- Oliveira, C. R., & Gomes, N. (2016). *Relatório estatístico anual: Imigração em números. Indicadores de integração de imigrantes*. Observatório das Migrações.
- Pereira, E. M. M. (2006). *Mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal: Um estudo de caso no Bairro Vale de Chicharos* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta].
- Plataforma Portuguesa para o Direito da Mulher. (2018, outubro). *Direitos sexuais e reprodutivos das mulheres*. Mén Non. https://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2019/01/Brochura_Men_Non_DireitosSexuaisReprodutivos.pdf
- Rodrigues, N. J. (2023, 16 de setembro). 2008: O ano em que o sistema financeiro colapsou. *Expresso*. Disponível em: <https://expresso.pt/50anos/2023-09-16-2008-o-ano-em-que-o-sistema-financeiro-colapsou-de4db679>. Consultado em 20 de setembro de 2024.
- Sant'ana, H. M. (2008). *Migrantes hindus em Portugal: Trajetos, margens e poderes* [Dissertação de doutoramento, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/1443>
- Santo, A. D. E. (2015). *Emigração e os pequenos estados insulares em vias de desenvolvimento: os casos de Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe*. CEa Working Papers 134, CEa - Centre for African and Development Studies.
- Schrover, M. (2013). Feminization and problematization of migration: Europe in the nineteenth and twentieth centuries. Em D. Hoerder & A. Kaur (Eds.), *Proletarian and gendered mass migrations* (pp. 103-131). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004251380_006
- Schrover, M. (2022). Migration histories. In P. Scholten (Ed.), *Introduction to migration studies* (pp. 25-39). Springer.
- Seibert, G. (2013). Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: Ensino superior e trajetórias em Portugal. Em *II Coopedu–África e o Mundo: Livro de Atas* (pp. 282-308).
- Seibert, G. (2001). Camaradas, clientes e compadres. *Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Editora Veja
- Sequeira, V. C. A. (2010). *A situação das mulheres na sociedade santomense: Discriminações de gênero e a participação feminina na esfera produtiva* [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul].
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2006). *Relatório de imigração e fronteiras*. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2007). *Relatório de imigração e fronteiras*. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2007.pdf
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2008). *Relatório de imigração e fronteiras*. https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2008.pdf
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2019, junho). *Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2018*. <https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2018.pdf>

- Silva, A. H., & Fossá, M. I. T. (2015). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, 16(1), 1-14. Disponível em: [https://www.fepiam.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf].
- Sobral, J. M. (2018). Long-distance nationalism, boundaries and the experience of racism among Santomean migrants in Portugal. In S. Aboim, P. Granjo, & A. Ramos (Eds.), *Changing Societies: Legacies and Challenges* (Vol. I, pp. 49-64). Imprensa de Ciências Sociais. <https://doi.org/10.31447/ics9789726715030.02>
- Stark, O., & Bloom, D. E. (1985). The new economics of labor migration. *The American Economic Review*, 75(2), 173-178.
- Trovão, S., & Ramalho, S. (2010). *Repertórios Femininos em Construção num Contexto Migratório Pós-colonial: Participação Cívica e Política de Mulheres de Origem Africana (Volume 2)*. Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- UNFPA. (2015). Perfil do dividendo demográfico em São Tomé e Príncipe. https://saotomeandprincipe.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/perfil_do_dividendo_demografico_stp.pdf
- Wall, K., Nunes, C., & Matias, A. R. (2008). Trajectórias de mulheres imigrantes em Portugal. Em VI Congresso Português de Sociologia: *Mundos sociais: Saberes e práticas* (p. 476). Associação Portuguesa de Sociologia. <http://hdl.handle.net/10071/28163>
- UNICEF. (2016). *Análise da situação das crianças e das mulheres de São Tomé e Príncipe em 2015*. Issuu. https://issuu.com/unicefstp/docs/unicef_pt_summary_20160608

Anexos

Anexo A: Guião das entrevistas

TEMA: Feminização das Migrações: Mulheres imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal, entre 2008 e 2019.

1. Identificação

1.1 Como se chama? Nome fictício, facultativo

1.2 Qual a sua idade?

1.3 Estado civil?

1.3 Onde nasceu?

1.4 Qual é o seu grau de escolaridade?

2. Antes de pensar em imigrar, qual era a sua situação em São Tomé e Príncipe?

2.1 Estava empregada?

2.2 Qual era sua profissão?

2.3 Já tinha emigrantes na família? O seu companheiro/marido tinha emigrado primeiro?

2.4 Qual foi a sua motivação para imigrar?

2.5 Tinha filhos?

2.6 Em quem pensou confiar o/s seu/s filho/s, quando pensou em viajar e porquê?

3. Depois da decisão, quais foram os desafios encontrados para concretizar a viagem?

3.1 Porquê que escolheu Portugal para emigrar?

3.2 Teve apoio dos familiares ou amigos?

3.3 Quais foram os recursos usados para viajar (ajuda familiar, apoio institucional, apoios de agentes informais, etc. há várias possibilidades e redes de apoio informal)

3.4 Teve emprego garantido em Portugal?

3.5 Teve habitação garantida em Portugal?

3.6 Com que tipo de visto viajou?

3.7 Quais foram as dificuldades encontradas para obtenção do visto?

4. Chegada a Portugal (Processo de integração)

4.1 Em que ano chegou a Portugal?

4.2 Quais os principais desafios/ vulnerabilidades que enfrentou quando chegou a Portugal?

4.3 Teve algum tipo de apoio familiar, institucional ou comunitário para facilitar a sua integração em Portugal?

4.4 Como arranjou o primeiro emprego? E os seguintes?

4.5 Qual é sua situação profissional atual?

4.6 Já tem o estatuto de residente em Portugal? Como foi o processo de obtenção de residência?

4.7 Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

5. Ligação ao país de origem

5.1 Comunica com os seus familiares em São Tomé e Príncipe com que frequência?

5.2 Depois de imigrar alguma vez regressou a São Tomé e Príncipe?

5.3 Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório? Ou está arrependida?

5.4 Depois de quanto tempo conseguiu reunir os seus filhos em Portugal?

5.5 Quais foram os principais impactos da imigração em sua vida pessoal e familiar em São Tomé e Príncipe?

5.6 Mantém hábitos culturais e sociais de São Tomé e Príncipe em Portugal?

5.7 Como mulher imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal, qual é o peso das remessas de dinheiro que envia para a sua família em São Tomé e Príncipe?

5.8 Conhece outras mulheres que emigraram de STP para Portugal para trabalhar antes da pandemia COVID?

5.9. Considera que os padrões migratórios mudaram? Há mais mulheres a viajar de forma independente, não acompanhadas pelos maridos, não para se juntar aos parceiros como acontecia antigamente?

6. Se pudesse criar um programa de apoio para as mulheres que imigram hoje em dia, que tipo de apoio incluiria para melhorar a integração delas no país de acolhimento?

Anexo B: Registo das observações

No presente estudo, a observação direta foi uma técnica adicional de recolha de dados. Esta técnica foi empregada para captar aspetos profundos e muitas vezes não expressos explicitamente em entrevistas, como comportamentos, interações e dinâmicas sociais das mulheres migrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal.

As sessões de observação direta foram feitas no âmbito do associativismo, em atividades realizadas pela Mén Non.
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=7334937453238935&set=a.123630814369671>

Contexto da Observação

Enquanto membro de uma associação que apoia imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal, a associação organiza semanalmente sessões de orientação profissional e jurídica para estas mulheres. Durante uma dessas sessões, observei o comportamento e as interações das participantes para compreender melhor as suas experiências diárias.

Cenário da Observação

Chegada e Acolhimento: As mulheres chegam ao espaço da associação, algumas acompanhadas de crianças, demonstrando sinais de cansaço. Notei olhares ansiosos e conversas baixas entre algumas delas. Ao entrar, muitas cumprimentam calorosamente as colegas e as funcionárias da associação, revelando um sentimento de pertença e confiança.

Início da Sessão: A sessão inicia com a responsável da associação explicando os objetivos do encontro. Enquanto algumas mulheres tomam notas, outras olham distraídas para os filhos. Observa-se que algumas participantes têm dificuldade em seguir a explicação devido ao uso de terminologia legal complexa, levando a sussurros entre elas em busca de esclarecimentos.

Interação com a Advogada: A advogada presente oferece esclarecimentos sobre questões de documentação e direitos laborais. Durante as explicações, algumas mulheres levantam a mão para perguntas, enquanto outras permanecem caladas, demonstrando timidez ou receio. Uma mulher, visivelmente emocionada, pergunta sobre a possibilidade de regularizar a sua situação enquanto mãe solteira. Outras mulheres mostram solidariedade, com gestos de apoio, como acenar com a cabeça e colocar a mão no ombro da mulher em questão.

Discussão sobre Emprego: Quando a discussão se volta para a procura de emprego, várias mulheres relatam experiências de discriminação e rejeição. Observa-se entusiasmo de algumas participantes, enquanto outras, mais retraídas, comentam apenas quando incentivadas pela moderadora. Uma participante menciona ser constantemente questionada sobre a capacidade de conciliar trabalho e maternidade, o que gera empatia e frustração entre as outras, que expressam desagrado ou apoio.

Observações de Interações Não-Verbais: Durante a discussão, algumas mulheres mantêm uma postura fechada, com braços cruzados, enquanto outras gesticulam muito, demonstrando frustração ou paixão pelos temas abordados. Há uma frequência de olhares e sorrisos de encorajamento, sugerindo um ambiente de apoio mútuo.

Momentos de Confronto e Apoio: Em um momento, uma mulher critica o sistema de apoio social em Portugal, mencionando a falta de programas mais inclusivos. A moderadora acolhe o comentário,

enquanto outras participantes expressam concordância com acenos e murmúrios. Ao final da sessão, as mulheres se juntam em pequenos grupos, continuando as conversas de forma espontânea, trocando contactos e oferecendo ajuda mútua.